

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	105
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	108
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200.515
Preferenciais	0
Total	200.515
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.058
Preferenciais	0
Total	3.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	23.637.176	18.554.580
1.01	Ativo Circulante	6.154.739	5.860.815
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	706.762	936.678
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.922	4.756
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.214	3.895
1.01.02.01.03	Títulos disponíveis para venda	3.214	3.895
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	708	861
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	708	861
1.01.03	Contas a Receber	2.477.970	2.516.005
1.01.03.01	Clientes	2.477.970	2.516.005
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.271.101	2.323.574
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	206.869	192.431
1.01.04	Estoques	28.061	31.465
1.01.04.01	Almoxarifado	28.061	31.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	281.060	152.707
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	281.060	152.707
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	75.422	23.293
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	205.638	129.414
1.01.07	Despesas Antecipadas	52.875	43.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.604.089	2.176.064
1.01.08.03	Outros	2.604.089	2.176.064
1.01.08.03.03	Outros créditos	256.481	227.827
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	2.206.559	1.809.234
1.01.08.03.05	Serviços em curso	141.049	139.003
1.02	Ativo Não Circulante	17.482.437	12.693.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.886.437	8.133.998
1.02.01.04	Contas a Receber	34.774	35.940
1.02.01.04.01	Clientes	25.885	25.058
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	8.889	10.882
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.054.971	2.159.671
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.054.971	2.159.671
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.796.692	5.938.387
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	792.782	539.358
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	5.020.009	84.967
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	4.144.323	3.795.279
1.02.01.10.09	Outros créditos	34.105	47.308
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial, líquido	312.351	836.557
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	488.349	634.918
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	4.773	0
1.02.02	Investimentos	41.250	45.377
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	45.377
1.02.03	Imobilizado	176.791	66.329
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	176.791	66.329
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	176.791	66.329

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04	Intangível	4.377.959	4.448.061
1.02.04.01	Intangíveis	4.377.959	4.448.061
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.377.959	4.448.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	23.637.176	18.554.580
2.01	Passivo Circulante	5.900.066	5.455.867
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132.818	190.358
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	132.818	190.358
2.01.02	Fornecedores	1.669.796	1.625.422
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.669.796	1.625.422
2.01.03	Obrigações Fiscais	483.725	497.503
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	100.059	113.528
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	100.059	113.528
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	382.499	382.130
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.167	1.845
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.004.431	677.605
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	961.896	437.652
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	961.896	437.652
2.01.04.02	Debêntures	42.535	239.953
2.01.05	Outras Obrigações	2.376.445	1.944.127
2.01.05.02	Outros	2.376.445	1.944.127
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	358	358
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	3.660	4.083
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	407.331	404.688
2.01.05.02.08	Outras obrigações	295.949	255.919
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial, líquido	1.250.244	1.229.323
2.01.05.02.10	Reserva de reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com benefícios pós-emprego	11.387	11.160
2.01.05.02.12	Contas a pagar- Acordo Eletrobras	331.272	0
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	68.901	31.254
2.01.06	Provisões	232.851	520.852
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	229.484	517.490
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	229.484	517.490
2.01.06.02	Outras Provisões	3.367	3.362
2.01.06.02.04	Provisão para passivos ambientais	3.367	3.362
2.02	Passivo Não Circulante	14.652.563	10.217.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.607.020	3.388.727
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	49.292	55.717
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	49.292	55.717
2.02.01.02	Debêntures	3.557.728	3.333.010
2.02.02	Outras Obrigações	10.351.195	4.863.913
2.02.02.02	Outros	10.351.195	4.863.913
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	6.776	8.488
2.02.02.02.07	Obrigações com benefícios pós-emprego	3.835.297	3.895.506
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	15.174	38.689
2.02.02.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	0	401
2.02.02.02.11	Reserva de reversão	47.728	51.399
2.02.02.02.12	Outras obrigações	17.144	19.802
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	390.035	802.026
2.02.02.02.14	Contas a pagar- Acordo Eletrobras	986.849	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	132.277	47.602
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.919.915	0
2.02.04	Provisões	694.348	1.965.093
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	691.900	1.962.645
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	691.900	1.962.645
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para passivos ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.084.547	2.880.980
2.03.01	Capital Social Realizado	2.823.486	2.823.486
2.03.02	Reservas de Capital	642.234	642.234
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	670.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	20.573	20.573
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-49.236	-49.236
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	196.766
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	237.612	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	857.831	895.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.673.382	-1.676.585

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.352.826	6.820.741	3.651.685	6.853.577
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.996.922	-6.225.983	-3.610.882	-6.613.268
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.702.599	-3.685.084	-2.058.449	-3.638.580
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-74.694	-149.790	-63.862	-127.928
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-465.455	-829.734	-460.089	-931.723
3.02.07	Pessoal e Administradores	-177.524	-373.007	-207.048	-426.930
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-7.268	-12.923	-5.063	-10.185
3.02.09	Serviços de Terceiros	-116.276	-241.991	-186.499	-322.166
3.02.10	Material	-16.491	-30.225	-19.598	-37.313
3.02.11	Custo de Construção	-153.741	-352.346	-327.480	-596.034
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-75.523	-142.658	-46.965	-98.319
3.02.13	Provisão pra Processos Judiciais e Outros, Líquida	-19.692	-38.043	-51.446	-63.216
3.02.16	Depreciação e Amortização	-158.088	-318.248	-138.166	-275.635
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-29.571	-51.934	-46.217	-85.239
3.03	Resultado Bruto	355.904	594.758	40.803	240.309
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	355.904	594.758	40.803	240.309
3.06	Resultado Financeiro	-149.901	-313.632	-270.173	-473.351
3.06.01	Receitas Financeiras	99.882	172.043	-5.245	35.914
3.06.02	Despesas Financeiras	-249.783	-485.675	-264.928	-509.265
3.06.02.01	Despesas financeiras	-249.568	-485.498	-265.782	-510.171
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-215	-177	854	906
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	206.003	281.126	-229.370	-233.042
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.690	-80.762	73.756	71.991
3.08.01	Corrente	0	22.287	0	0
3.08.02	Diferido	-74.690	-103.049	73.756	71.991
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	131.313	200.364	-155.614	-161.051
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	131.313	200.364	-155.614	-161.051
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,66502	1,01472	-0,94721	-0,98031
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,66502	1,01472	-0,94721	-0,98031

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	131.313	200.364	-155.614	-161.051
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.203	3.203	0	0
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	4.854	4.854	0	0
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-1.651	-1.651	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	134.516	203.567	-155.614	-161.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-86.262	-420.284
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.166.044	626.105
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	200.364	-161.051
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	318.248	275.635
6.01.01.05	Variações monetárias	-5.101	8.801
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-88.308	-80.594
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	143.448	110.109
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	59.753	87.675
6.01.01.09	Atualização acordo Eletrobras	55.450	44.865
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	160.992	194.513
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	176.668	183.990
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-1.164	0
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	29.582	36.021
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	103.049	-71.991
6.01.01.15	Ações e opções de ações outorgadas	0	-1.868
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	12.982	0
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	81	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-458.837	-611.446
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-53.902	71.301
6.01.02.02	Contas a receber - Acordo	-49.534	-51.434
6.01.02.03	Almoxarifado	3.404	663
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-22.285	-2.408
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-5.011.266	-37.926
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-9.735	-21.270
6.01.02.08	Outros créditos	27.720	39.322
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	126.881	-825.182
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-57.941	19.056
6.01.02.11	Fornecedores	55.888	129.793
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-13.778	-8.460
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-391.070	104.150
6.01.02.15	Serviços em curso	-2.046	19.741
6.01.02.16	Encargos setoriais	-14.790	-44.844
6.01.02.19	Outras obrigações	33.702	-3.948
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.919.915	0
6.01.03	Outros	-793.469	-434.943
6.01.03.01	Pagamento de Juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-148.227	-153.302
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-8.409	-7.650
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-236.650	-212.901
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-52.730	-61.090
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	39	0
6.01.03.06	Pagamento de juros e obrigações por arrendamento financeiro	-9.583	0
6.01.03.07	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-337.909	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-653.657	-523.951
6.02.01	Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	-419.197	-590.274
6.02.02	Consumidores participação financeira	48.593	34.790
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-43	-48.059
6.02.04	Resgates em investimento de curto prazo	2.001	48.651
6.02.05	Aplicações/ Resgates de cauções e depósitos vinculados	-285.987	30.941
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	976	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	510.003	1.849.129
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.000.000	1.444.817
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.450.354	-459.657
6.03.03	Custo de empréstimos e debêntures (custo de transação e prêmios)	-19.427	-16.918
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-20.216	-17.427
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-1.686
6.03.07	Aditamento para futuro aumento de capital	0	900.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-229.916	904.894
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	936.678	597.447
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	706.762	1.502.341

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.364	3.203	203.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.364	0	200.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.203	3.203
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	4.854	4.854
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.651	-1.651
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.248	-37.248	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	56.437	-56.437	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-19.189	19.189	0
5.07	Saldos Finais	2.823.486	642.234	196.766	237.612	-815.551	3.084.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.323.486	644.102	487.529	0	-646.685	1.808.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-56.594	0	-56.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.323.486	644.102	487.529	-56.594	-646.685	1.751.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	898.132	0	0	0	898.132
5.04.01	Aumentos de Capital	0	900.000	0	0	0	900.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.868	0	0	0	-1.868
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-161.051	0	-161.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-161.051	0	-161.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.717	-41.717	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	63.206	-63.206	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21.489	21.489	0
5.07	Saldos Finais	1.323.486	1.542.234	487.529	-175.928	-688.402	2.488.919

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	11.282.292	11.002.025
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.945.468	5.280.295
7.01.02	Outras Receitas	5.127.136	5.224.015
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	352.346	596.034
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-142.658	-98.319
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.770.525	-6.165.688
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.122.152	-5.177.061
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-584.903	-890.791
7.02.04	Outros	-63.470	-97.836
7.02.04.01	Outros Custo Operacionais	-63.470	-97.836
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.511.767	4.836.337
7.04	Retenções	-318.248	-275.635
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-318.248	-275.635
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.193.519	4.560.702
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	172.043	35.914
7.06.02	Receitas Financeiras	172.043	35.914
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.365.562	4.596.616
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.365.562	4.596.616
7.08.01	Pessoal	370.451	450.100
7.08.01.01	Remuneração Direta	229.142	312.313
7.08.01.02	Benefícios	124.491	116.350
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.818	21.437
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.299.753	3.762.555
7.08.02.01	Federais	2.260.529	1.978.852
7.08.02.02	Estaduais	2.015.985	1.760.689
7.08.02.03	Municipais	23.239	23.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	494.994	545.012
7.08.03.01	Juros	485.675	526.251
7.08.03.02	Aluguéis	9.319	18.761
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.364	-161.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200.364	-161.051



Comentário do Desempenho

São Paulo, 30 de julho de 2019 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”) [BOV: ELPL3], distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre de 2019 (“2T19”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.887.694	11.025.934	-1,3%	11.172.771	-2,6%	22.060.466	21.725.379	1,5%
Receita Bruta (R\$ mil)	5.602.914	5.895.526	-5,0%	5.822.036	-3,8%	11.424.950	11.100.344	2,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	3.352.826	3.651.685	-8,2%	3.467.915	-3,3%	6.820.741	6.853.577	-0,5%
EBITDA (R\$ mil)	513.992	178.969	187,2%	399.014	28,8%	913.006	515.944	77,0%
Margem EBITDA (%)	15,3%	4,9%	+10,4 p.p.	11,5%	+3,8 p.p.	13,4%	7,5%	+5,9 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	16,1%	5,4%	+10,7 p.p.	12,2%	+3,9 p.p.	14,1%	8,2%	+5,9 p.p.
EBIT (R\$ mil)	355.904	40.803	772,2%	238.854	49,0%	594.758	240.309	147,5%
Margem EBIT (%)	10,6%	1,1%	+9,5 p.p.	6,9%	+3,7 p.p.	8,7%	3,5%	+5,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	131.313	(155.614)	n.a.	69.051	90,2%	200.364	(161.051)	n.a.
Margem Líquida (%)	3,9%	-4,3%	n.a.	2,0%	96,7%	2,9%	-2,3%	n.a.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	4,1%	-4,7%	n.a.	2,1%	94,3%	3,1%	-2,6%	n.a.
CAPEX (R\$ mil)	198.861	323.965	-38,6%	220.336	-9,7%	419.197	590.275	-29,0%
DEC - horas (12 meses) (3)	7,53	8,17	-7,9%	7,94	-5,2%	7,53	8,17	-7,9%
FEC - vezes (12 meses) (3)	4,42	4,86	-9,0%	4,55	-2,9%	4,42	4,86	-9,0%
Índice de Arrecadação (YTD)	99,4%	100,2%	-0,7 p.p.	99,7%	-0,3 p.p.	99,4%	100,2%	-0,7 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	9,53%	9,62%	-0,1 p.p.	9,50%	0,03 p.p.	9,53%	9,62%	-0,1 p.p.
Nº de Consumidores (4)	7.254.410	7.177.797	1,1%	7.245.012	0,1%	7.254.410	7.177.797	1,1%
Nº de Colaboradores Próprios (5)	6.760	7.596	-11,0%	6.827	-1,0%	6.760	7.596	-11,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	471	482	-2,3%	499	-5,6%	954	950	0,4%
PMSO (6) /Consumidor	47,9	64,7	-26,0%	50,1	-4,5%	97,9	122,9	-20,3%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	314	314	-0,1%	324	-3,0%	314	314	-0,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	23.123	22.867	1,1%	22.395	3,3%	23.123	22.867	1,1%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Dados Preliminares | (4) Unidades Faturadas | (5) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (6) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Redução de 7,9% do DEC¹ no 2T19 para 7,53 horas em comparação ao registrado no 2T18 (8,17 horas);
- Redução no FEC¹ de 9,0% no 2T19, totalizando 4,42 vezes, em comparação a 4,86 vezes registrado no 2T18, dentro do limite regulatório global de 5,14 vezes;

Mercado e Comercial

- Redução do mercado total em 1,3% no 2T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior, parcialmente compensada pelo aumento de 2,9% no mercado livre;
- No 2T19, 490,9 mil clientes foram beneficiados com o programa Tarifa Social de Energia Elétrica, contra 443 mil no 2T18. Este programa é parte dos esforços da Companhia para o combate às perdas comerciais nos segmentos de baixa renda.

Regulatório

- Em 02 de julho de 2019 a ANEEL deliberou sobre os resultados da revisão tarifária periódica de 2019, com aplicação a partir de 04 de julho de 2019. O valor médio a ser percebido pelos consumidores foi de +7,03%, apresentando variações para diversos níveis de tensão (6,48% para baixa tensão e 8,46% para alta tensão).

Financeiro

- EBITDA de R\$ 514,0 milhões no 2T19, aumento de 187,2% em relação aos R\$ 179,0 milhões registrados no 2T18;
- Lucro líquido de R\$ 131,3 milhões no 2T19, ante um prejuízo líquido de R\$ 155,6 milhões no 2T18;

¹ Dados preliminares para o 2T19



Comentário do Desempenho

- Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado² de 2,83x para a 23ª emissão de Debêntures, e 2,74x para a 5ª emissão de Notas Promissórias ("NP") e 24ª emissão de Debêntures no 2T19, ambos inferiores ao limite de 3,5x;
- Aumento do prazo médio³ de 2,3 anos, registrado no 2T18, para 4,1 anos no 2T19.

2

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

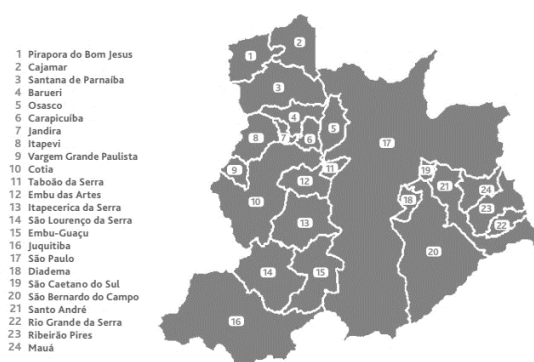
DADOS GERAIS

	2T19	2T18	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.046.018	17.891.734	0,9%
Consumidores (Unid.)	7.254.410	7.177.797	1,1%
Linhas de Distribuição (Km)	41.876	41.642	0,6%
Linhas de Transmissão (Kmc)	1.829	1.876	-2,5%
Subestações (Unid.)	162	156	3,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	43.212	43.057	0,4%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,67%	8,58%	1,1%
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	9,03%	9,14%	-1,2%

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial

(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE

(3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE



A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto e a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.603 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

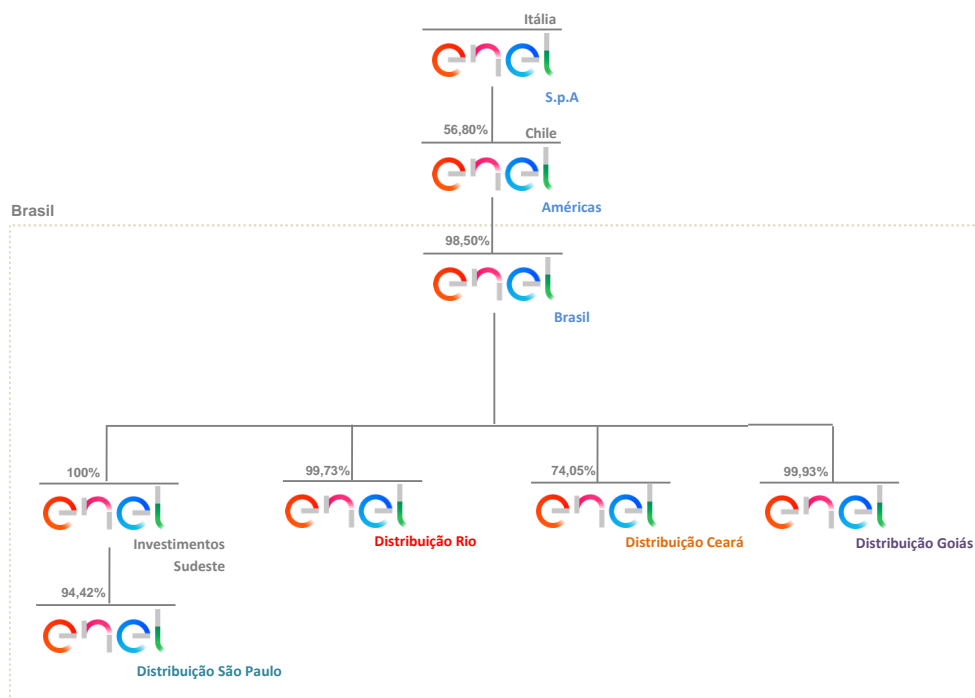
	ON	%	TOTAL	%
Controladores	189.323.545	94,42%	189.323.545	94,42%
Enel Investimentos Sudeste S.A.	189.323.545	94,42%	189.323.545	94,42%
Não Controladores	8.133.352	4,06%	8.133.352	4,06%
Outros	8.133.352	4,06%	8.133.352	4,06%
Ações em Tesouraria	3.058.154	1,52%	3.058.154	1,52%
Total	200.515.051	100,00%	200.515.051	100,00%

² EBITDA Ajustado para fins de *covenants* da 23ª Debêntures exclui despesas com PECLD, Contingências, Fundo de Pensão e inclui ajuste com CPC 06/IFRS 16. Adicionalmente, para a 5ª NP e 24ª Emissão, o cálculo do EBITDA Ajustado exclui perdas na desativação de bens e direitos.

³ Prazo médio considera o principal e Fundação CESP (não considera efeito líquido de ganhos/perdas atuariais).



Comentário do Desempenho



Mercado Bursátil

As ações da Companhia integram o Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Ordinárias - ON (ELPL3)	45,95	42,02	9,4%	17,86	157,3%	45,95	42,02	9,4%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

3

DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Crescimento do Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.253.007	7.176.535	1,1%	7.243.660	0,1%	7.253.007	7.176.535	1,1%
Residencial	6.803.295	6.730.414	1,1%	6.795.158	0,1%	6.803.295	6.730.414	1,1%
Industrial	25.978	26.260	-1,1%	25.964	0,1%	25.978	26.260	-1,1%
Comercial	404.871	400.439	1,1%	403.599	0,3%	404.871	400.439	1,1%
Rural	565	496	13,9%	564	0,2%	565	496	13,9%
Setor Público	18.298	18.926	-3,3%	18.375	-0,4%	18.298	18.926	-3,3%
Cientes Livres	1.403	1.262	11,2%	1.352	3,8%	1.403	1.262	11,2%
Industrial	442	387	14,2%	415	6,5%	442	387	14,2%
Comercial	913	836	9,2%	890	2,6%	913	836	9,2%
Setor Público	41	39	5,1%	40	2,5%	41	39	5,1%
Cias Energéticas (3)	7	-	n.a	7	0,0%	7	-	n.a
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.254.410	7.177.797	1,1%	7.245.012	0,1%	7.254.410	7.177.797	1,1%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18 (3) Número de consumidores considera Cias Energéticas a partir do 4T18

A Companhia encerrou o 2T19 com um incremento de 1,1% no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao registrado no 2T18. Destaca-se o acréscimo na classe residencial, com mais 72.881 novas unidades consumidoras faturadas.



Comentário do Desempenho

Venda de Energia na Área de Concessão⁴

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T19 em 10.888 GWh, redução de 1,3% em relação ao 2T18. Quando ajustado pelos dias de faturamento (-0,9 dia registrado no 2T19, o equivalente a -156 GWh), o mercado total apresentaria um crescimento de 0,2% no período.

No 1S19, o mercado total teve aumento de 1,5% em relação ao 1S18, totalizando 22.060 GWh. Ajustado pela diferença de dias de faturamento (0,8 dias registrados no 1S19, o equivalente a 43GWh), o mercado total teria crescimento de 1,3% no período.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Mercado Cativo	8.072	8.290	-2,6%	8.470	-4,7%	16.542	16.333	1,3%
Cientes Livres (3)	2.816	2.736	2,9%	2.703	4,2%	5.519	5.392	2,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.888	11.026	-1,3%	11.173	-2,6%	22.060	21.725	1,5%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18 (3) Número de consumidores considera Cias Energéticas a partir do 4T18

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 8.072 GWh no 2T19, o que correspondeu a um uma queda de 2,6% comparado ao 2T18, com queda do consumo médio. Ajustando-se o mercado no 2T18 pelos fatores: (i) migração do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), com impacto desfavorável de 98 GWh; (ii) dias de faturamento a menos do 2T19, com impacto de -156 GWh) e (iii) retorno de clientes ao ACR, com impacto favorável de 3 GWh, o mercado cativo no 2T19 teria um aumento de 0,4%.

No 1S19, o mercado cativo totalizou 16.542 GWh, um aumento 1,3% ante o 1S18. Ajustando-se os efeitos: (i) migrações do ACR para o ACL, com impacto negativo de 167 GWh; (ii) dias de faturamento a mais no 1S19, com impacto de +48 GWh; e (iii) retorno de clientes ao ACR, com impacto positivo de 9 GWh, o mercado cativo teria aumento de 2,0%.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Residencial	4.048	4.139	-2,2%	4.220	-4,1%	8.268	8.136	1,6%
Industrial	736	805	-8,6%	733	0,3%	1.469	1.555	-5,5%
Comercial	2.660	2.693	-1,2%	2.881	-7,7%	5.541	5.374	3,1%
Rural	8	8	0,4%	8	-4,8%	16	16	4,6%
Setor Público	621	645	-3,8%	627	-1,0%	1.248	1.253	-0,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.072	8.290	-2,6%	8.470	-4,7%	16.542	16.333	1,3%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Residencial	595	615	-3,3%	621	-4,2%	1.215	1.209	0,5%
Industrial	28.312	30.649	-7,6%	28.245	0,2%	56.542	59.220	-4,5%
Comercial	6.571	6.725	-2,3%	7.138	-7,9%	13.686	13.420	2,0%
Rural	14.056	15.945	-11,9%	14.794	-5,0%	28.823	31.402	-8,2%
Setor Público	33.919	34.077	-0,5%	34.124	-0,6%	68.187	66.205	3,0%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	1.113	1.155	-3,7%	1.169	-4,8%	2.281	2.276	0,2%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

Cientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.816 GWh no 2T19, um aumento de 2,9% quando comparado ao 2T18, reflexo, principalmente, da migração de clientes para o mercado livre. Desde o 2T18, entre migrações ao ACL e retornos ao ACR, foram adicionadas 143 unidades ao faturamento do ACL, totalizando 1.403 unidades no 2T19. Isso resultou em um acréscimo de 95 GWh nesse mercado que, descontado do mercado livre faturado no período, reflete uma queda de 0,6% no trimestre.

⁴ Não Inclui Consumo Próprio



Comentário do Desempenho

No 1S19, o mercado livre somou 5.519 GWh, um aumento de 2,3% em relação ao 1S18. O impacto líquido entre migrações ao ACL e retornos ao ACR foi um acréscimo de 158 GWh nesse mercado que, se descontados, refletem em queda de 0,6% no período.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Industrial	1.356	1.359	-0,3%	1.226	10,5%	2.582	2.646	-2,4%
Comercial	1.041	998	4,3%	1.052	-1,0%	2.092	1.988	5,2%
Setor Público (3)	419	379	10,6%	425	-1,4%	844	758	11,4%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.816	2.736	2,9%	2.703	4,2%	5.519	5.392	2,3%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Considera suprimentos para Cias Energéticas a partir do 4T18

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPTA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Industrial	3.067	3.512	-12,7%	2.955	3,8%	5.841	6.838	-14,6%
Comercial	1.140	1.193	-4,5%	1.182	-3,5%	2.292	2.378	-3,6%
Setor Público (3)	8.736	9.725	-10,2%	9.044	-3,4%	17.592	19.428	-9,4%
Média - Transporte per Capta para Clientes Livres	2.007	2.168	-7,4%	1.927	4,2%	3.934	4.273	-7,9%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Considera suprimentos para Cias Energéticas a partir do 4T18

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Itaipu	2.133	2.172	-1,8%	2.107	1,2%	4.240	4.327	-2,0%
Leilão (3)	7.143	6.954	2,7%	7.278	-1,9%	14.422	14.080	2,4%
Angra 1 e 2	401	407	-1,3%	397	1,1%	798	809	-1,3%
Proinfa	192	197	-2,4%	185	3,9%	377	386	-2,4%
Total - Compra de Energia	9.870	9.730	1,4%	9.967	-1,0%	19.836	19.602	1,2%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	10.888	11.026	-1,3%	11.173	-2,6%	22.060	21.725	1,5%
Residencial	4.048	4.139	-2,2%	4.220	-4,1%	8.268	8.136	1,6%
Industrial	736	805	-8,6%	733	0,3%	1.469	1.555	-5,5%
Comercial	2.660	2.693	-1,2%	2.881	-7,7%	5.541	5.374	3,1%
Rural	8	8	0,4%	8	-4,8%	16	16	4,6%
Setor público	621	645	-3,8%	627	-1,0%	1.248	1.253	-0,4%
Clientes Livres	2.816	2.736	2,9%	2.703	4,2%	5.519	5.392	2,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh) (3)	1.151	1.106	4,1%	1.127	2,1%	2.279	2.248	1,4%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%) (3)	9,7%	9,4%	3,3%	9,2%	6,1%	9,5%	9,4%	0,3%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) A partir de 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2018

Indicadores Operacionais

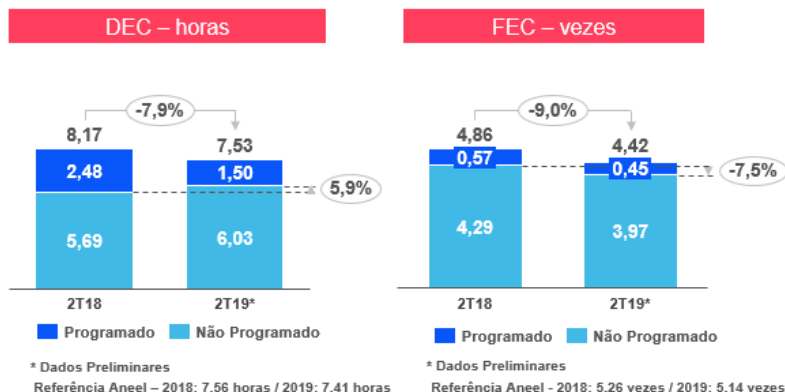
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses) (3)	7,53	8,17	-7,9%	7,94	-5,2%	7,53	8,17	-7,9%
FEC - vezes (12 meses) (3)	4,42	4,86	-9,0%	4,55	-2,9%	4,42	4,86	-9,0%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	9,5%	9,6%	-0,9%	9,5%	0,3%	9,5%	9,6%	-0,9%
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	99,4%	100,2%	-0,7%	99,7%	-0,3%	99,4%	100,2%	-0,7%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	471	482	-2,3%	499	-5,6%	954	950	0,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	314	314	-0,1%	324	-3,0%	314	314	-0,1%
PMSO (4) / Consumidor	47,9	64,7	-26,0%	50,1	-4,5%	97,9	122,9	-20,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	23.123	22.867	1,1%	22.395	3,3%	23.123	22.867	1,1%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Dados Preliminares para o 2T19 | (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T19, os indicadores DEC e FEC registraram melhora comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada, principalmente, pelo investimento em tecnologia e confiabilidade de rede e atuação de

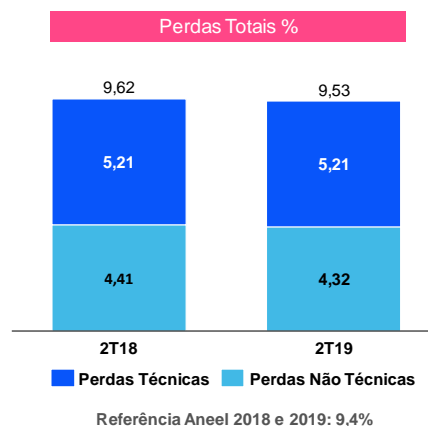
equipamentos de auto recomposição. O FEC permanece dentro do limite regulatório global para o ano de 2019, como reflexo destes fatores. O indicador DEC, por sua vez, foi impactado pelo grande volume de chuvas no verão de 2018/2019, considerado o mais chuvoso desde 1994/1995⁵.

Disciplina de Mercado (Perdas)⁶

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,53%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,21%) e não técnicas (4,32%). Em comparação ao 2T18, as perdas totais apresentaram redução de 0,09 p.p., decorrente do incremento de ações de combate a partir de janeiro de 2018.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação. No 2T19, aproximadamente 490,9 mil clientes foram beneficiados com este programa, contra 443 mil no 2T18.

No 2T19, as iniciativas de combate as perdas contribuíram com aproximadamente R\$ 65,6 milhões no resultado da Companhia, sendo que no primeiro semestre de 2019 contribuíram com aproximadamente R\$ 142 milhões. Podemos destacar os seguintes programas: (i) Inspeções de Fraude; (ii) Programa de Recuperação de Instalações Cortadas; e (iii) Regularização de Ligações Informais.



Arrecadação

No primeiro semestre de 2019 o índice de arrecadação da Companhia, alcançou 99,4% em comparação a 100,2% registrado no primeiro semestre de 2018. De forma a melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como o envio de SMS e e-mails com código de barras para pagamento das faturas em atraso, suspensão do fornecimento, negativações, protestos e ações de cobrança por telemarketing. Podemos ainda destacar as seguintes medidas utilizadas pela Companhia para reforçar a estratégia e melhorar a performance da arrecadação:

- **Ações de Negociação:** no 1T17 foi implementado o portal de negociação⁸ para auxiliar no processo de negociação de dívidas dos clientes. No 2T19, foram realizadas 133,7 mil negociações somente pelo

⁵ Dados do Centro de Gerenciamento de Emergências - CGE

⁶ Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

⁷ A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.

⁸ <https://portalhome.eneldistribuicao.com.br/#!/landing-page>.



Comentário do Desempenho

portal, totalizando um montante de R\$ 75,7 milhões negociados. No primeiro semestre de 2019 foram realizadas 267,7 mil negociações somente pelo portal, totalizando um montante de R\$ 154,3 milhões negociados. Ainda no primeiro semestre de 2019, a Companhia promoveu campanhas de negociação com o objetivo de atrair clientes com dívidas acumuladas. Essa iniciativa gerou no 1S19 um total de 56.832 acordos, que somaram R\$ 48,2 milhões. Nas campanhas realizadas no 2T19 foram negociados 40.438 acordos, totalizando R\$ 29,1 milhões.

- **Ecoenel:** por meio deste programa são realizadas parcerias com recicladoras para que os clientes da Companhia possam trocar materiais recicláveis por bônus na conta de luz. No 2T19, 518 novos clientes cadastraram-se no projeto, contra 747 no 2T18. Os bônus concedidos chegaram a R\$ 37,6 mil no 2T19 (com 195,6 toneladas coletadas) versus R\$ 48,4 mil (com 225,1 toneladas coletadas) no mesmo período do ano anterior. Essa redução deve-se a redução na participação do cliente final, registrada no período. Já em relação ao primeiro semestre de 2019, 1.033 novos clientes cadastraram-se no projeto. Os bônus concedidos por meio do programa chegaram a R\$ 78,6 mil no 1S19 (com 398,9 toneladas coletadas) versus R\$ 121,7 mil (com 565,2 toneladas coletadas) no 1S18. Essa redução deve-se também a redução no volume de participação do cliente final.

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	5.602.914	5.895.526	-5,0%	5.822.036	-3,8%	11.424.950	11.100.344	2,9%
Deduções à Receita Operacional	(2.250.088)	(2.243.841)	0,3%	(2.354.121)	-4,4%	(4.604.209)	(4.246.767)	8,4%
Receita Operacional Líquida	3.352.826	3.651.685	-8,2%	3.467.915	-3,3%	6.820.741	6.853.577	-0,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(2.685.093)	(3.145.236)	-14,6%	(2.870.296)	-6,5%	(5.555.389)	(5.741.599)	-3,2%
EBITDA	513.992	178.969	187,2%	399.014	28,8%	913.006	515.944	77,0%
Margem EBITDA	15,3%	4,9%	212,8%	11,5%	33,2%	13,4%	7,5%	77,8%
EBIT	355.904	40.803	772,2%	238.854	49,0%	594.758	240.309	147,5%
Margem EBIT	10,6%	1,1%	850,0%	6,9%	54,1%	8,7%	3,5%	148,7%
Resultado Financeiro	(149.901)	(270.173)	-44,5%	(163.731)	-8,4%	(313.632)	(473.351)	-33,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(74.690)	73.756	-201,3%	(6.072)	1130,1%	(80.762)	71.991	-212,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido	131.313	(155.614)	-184,4%	69.051	90,2%	200.364	(161.051)	-224,4%
Margem Líquida	3,9%	-4,3%	-191,9%	2,0%	96,7%	2,9%	-2,3%	-225,0%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,1%	-4,7%	-187,7%	2,1%	94,3%	3,1%	-2,6%	-220,4%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	0,62	-0,95	-165,4%	0,35	77,1%	0,94	-0,98	-196,4%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18 (3) Não considera depreciação e amortização e custo de construção

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.900.142	2.686.081	8,0%	3.045.326	-4,8%	5.945.468	5.280.295	12,6%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	342.911	241.281	42,1%	329.701	4,0%	672.612	477.847	40,8%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	1.975.718	1.750.326	12,9%	2.123.296	-7,0%	4.099.014	3.479.414	17,8%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(17.383)	(5.894)	194,9%	(17.683)	-1,7%	(35.066)	(21.367)	64,1%
Receita de Construção	153.741	327.480	-53,1%	198.605	-22,6%	352.346	596.034	-40,9%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	(41.052)	56.004	-173,3%	(88.940)	-53,8%	(129.992)	131.729	-198,7%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	2.413.935	2.369.197	1,9%	2.544.979	-5,1%	4.958.914	4.663.657	6,3%
Subvenção de Recursos da CDE	83.237	92.278	-9,8%	89.381	-6,9%	172.618	181.215	-4,7%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	167.458	699.174	-76,0%	92.184	81,7%	259.642	894.583	-71,0%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	38.142	48.796	-21,8%	50.166	-24,0%	88.308	80.594	9,6%
Total - Outras Receitas	288.837	840.248	-65,6%	231.731	24,6%	520.568	1.156.392	-55,0%
Total - Receita Operacional Bruta	5.602.914	5.895.526	-5,0%	5.822.036	-3,8%	11.424.950	11.100.344	2,9%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5.602,9 milhões no 2T19, apresentando uma redução de 5,0% quando comparada ao 2T18, esta variação é explicada, principalmente, por:

- redução de (i) R\$ 531,7 milhões devido ao menor ativo e passivo financeiro setorial no período; (ii) R\$ 173, 7 milhões com receita de construção devido aos menores investimentos realizados no período; e (iii) R\$ 127,3 milhões devido a menor receita de venda com energia no curto prazo; parcialmente compensado por:



Comentário do Desempenho

- II. aumento de (i) R\$ 467,7 milhões na receita de fornecimento faturada e não faturada, incluindo bandeiras tarifárias e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição – para consumidores cativos; e (ii) 101,6 milhões com a TUSD paga pelos consumidores livres em função da migração de clientes.

No acumulado do ano, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 11.424,9 milhões, apresentando um aumento de 2,9%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As principais variações são explicadas a seguir:

- I. impacto positivo devido (i) aumento de R\$ 1.194,6 milhões na receita de fornecimento faturada e não faturada, incluindo bandeiras tarifárias e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição – para consumidores cativos; (ii) aumento de R\$ 194,8 milhões com a TUSD paga pelos consumidores livres em função da migração de clientes, efeitos parcialmente compensados por:
- II. impacto negativo devido (i) redução de R\$ 635,8 milhões em outras receitas afetadas principalmente pelo menor ativo e passivo financeiro setorial no período; (ii) redução de R\$ 243,7 milhões em receita de construção em função dos menores investimentos realizados no período; (iii) redução de R\$ 191,0 milhões com receita proveniente da venda de energia no curto prazo e mecanismo de venda de excedente; e (iv) aumento de R\$ 13,7 milhões com penalidades regulatórias (DIC/FIC/DMIC/DICRI).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
ICMS	(972.814)	(891.497)	9,1%	(1.039.205)	-6,4%	(2.012.019)	(1.756.229)	14,6%
PIS	(87.704)	(86.548)	1,3%	(93.330)	-6,0%	(181.034)	(166.757)	8,6%
COFINS	(404.382)	(398.671)	1,4%	(430.270)	-6,0%	(834.652)	(768.811)	8,6%
ISS	(48)	(46)	4,3%	(47)	2,1%	(95)	(95)	0,0%
Total - Tributos	(1.464.948)	(1.376.762)	6,4%	(1.562.852)	-6,3%	(3.027.800)	(2.691.892)	12,5%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(31.359)	(32.338)	-3,0%	(32.052)	-2,2%	(63.411)	(61.268)	3,5%
Encargo Setorial CDE (3)	(700.974)	(656.290)	6,8%	(733.719)	-4,5%	(1.434.693)	(1.290.931)	11,1%
TFSEE (4)	(3.433)	(3.150)	9,0%	(3.433)	0,0%	(6.866)	(6.300)	9,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(22.325)	(20.699)	7,9%	(21.924)	1,8%	(44.249)	(41.193)	7,4%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(27.049)	(154.602)	-82,5%	(141)	19083,7%	(27.190)	(155.183)	-82,5%
Total - Encargos Setoriais	(785.140)	(867.079)	-9,5%	(791.269)	-6,3%	(1.576.409)	(1.554.875)	1,4%
Total - Deduções da Receita	(2.250.088)	(2.243.841)	0,3%	(2.354.121)	-4,4%	(4.604.209)	(4.246.767)	8,4%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 | (2) Variação entre 6M19 e 6M18 | (3) Conta de Desenvolvimento Energético | (4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2.250,1 milhões no 2T19, uma variação de 0,3% em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 4.604,2 milhões, um aumento de R\$ 357,4 milhões, ou 8,4%, em relação ao mesmo período de 2018, sendo explicada principalmente por: (i) maior recolhimento de ICMS no valor de R\$ 255,8 milhões devido ao maior faturamento no período; e (ii) aumento de R\$ 143,8 milhões da conta CDE parcialmente compensada por; (iii) redução de R\$ 128,0 milhões da CCRBT, em virtude das Bandeiras Tarifárias registradas no período.



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.777.293)	(2.122.311)	-16,3%	(2.057.581)	-13,6%	(3.834.874)	(3.766.508)	1,8%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(465.455)	(460.089)	1,2%	(364.279)	27,8%	(829.734)	(931.723)	-10,9%
Total - Não Gerenciáveis	(2.242.748)	(2.582.400)	-13,2%	(2.421.860)	-7,4%	(4.664.608)	(4.698.231)	-0,7%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(177.524)	(207.048)	-14,3%	(195.483)	-9,2%	(373.007)	(426.930)	-12,6%
Previdência Privada	(7.268)	(5.063)	43,6%	(5.655)	28,5%	(12.923)	(10.185)	26,9%
Serviços de Terceiros	(116.276)	(186.499)	-37,7%	(125.715)	-7,5%	(241.991)	(322.166)	-24,9%
Material	(16.491)	(19.598)	-15,9%	(13.734)	20,1%	(30.225)	(37.313)	-19,0%
PECLD (3)	(75.523)	(46.965)	60,8%	(67.135)	12,5%	(142.658)	(98.319)	45,1%
Provisão para processos judiciais e outros	(19.692)	(51.446)	-61,7%	(18.351)	7,3%	(38.043)	(63.216)	-39,8%
Outras Despesas Operacionais	(29.571)	(46.217)	-36,0%	(22.363)	32,2%	(51.934)	(85.239)	-39,1%
Total - Despesas Operacionais (4)	(442.345)	(562.836)	-21,4%	(448.436)	-1,4%	(890.781)	(1.043.368)	-14,6%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(2.685.093)	(3.145.236)	-14,6%	(2.870.296)	-6,5%	(5.555.389)	(5.741.599)	-3,2%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18 (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 2.685,1 milhões no 2T19, um decréscimo de 14,6% em relação ao 2T18. No acumulado do ano, totalizaram R\$ 5.555,4 milhões, montante 3,2% inferior ao apresentado nos mesmo período de 2018. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos Não Gerenciáveis – Parcela A

Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2.242,7 milhões no 2T19, uma diminuição de 13,2% em comparação ao 2T18 (R\$ 2.582,4 milhões). Este decréscimo deve-se, principalmente a:

- I. custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: diminuição de 16,3% ou R\$ 345,0 milhões no 2T19, em comparação ao 2T18, decorrente, principalmente, (i) dos menores custos, em R\$ 94,9 milhões, com compra de energia (CCEE, CCEAR e Quotas de garantia física), devido ao menor volume de CCEE (R\$ 15,1 milhões), a diminuição do custo de CCEAR (R\$ 79,8 milhões); (ii) diminuição dos custos com Risco Hidrológico em R\$ 372,2 milhões; e (iii) diminuição de R\$ 33,2 milhões no custo com compra de Itaipu. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) aumento de R\$ 62,4 milhões no custo com as quotas de garantia física; e (ii) elevação dos custos em R\$ 10,8 milhões referentes à PROINFA.

No 2T19, o Custo com Encargos do Uso da Rede Elétrica e de Transmissão permaneceu em linha com reportado no 2T18, aumento de 1,2%.

No acumulado do ano, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 4.664,6 milhões, uma diminuição de 0,7% se comparado ao mesmo período de 2018 (R\$ 4.698,2 milhões). Essa variação deve-se, principalmente a:

- I. custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: aumento R\$ 68,4 milhões no 6M19, em comparação ao 6M18, decorrente, principalmente, (i) dos maiores custos, em R\$ 234,9 milhões, com compra de energia (CCEE, CCEAR), devido ao maior volume; (ii) aumento de R\$ 109,6 milhões no custo com as quotas de garantia física; (iii) maiores custos, de R\$ 34,9 milhões, referente a Itaipu; e (v) aumento de R\$ 21,9 milhões referente a PROINFA; parcialmente compensado pela (iv) diminuição dos custos com Risco Hidrológico em R\$ 365,2 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:
- II. custo com Encargos do Uso da Rede Elétrica e de Transmissão: diminuição de 10,9% ou R\$ 102,0 milhões no 6M19, comparado ao 6M18, resultado da (i) diminuição dos custos com Encargos do Serviço do Sistema (ESS/EER), em R\$ 44,0 milhões; (ii) diminuição do custo com uso da rede básica, incluindo conexão da rede básica com a CTEEP, em R\$ 46,7 milhões, devido a redução das tarifas pagas junto as transmissoras em decorrência da normalização dos valores pagos a partir de julho de 2018; parcialmente compensado pelo (iii) impacto negativo decorrente da variação de R\$ 29,2 milhões referente ao alívio financeiro retroativo.



Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 442,3 milhões no 2T19, uma redução de 21,4% em comparação ao 2T18 (R\$ 562,8 milhões). Essa redução deve-se, principalmente a:

- I. menor despesa com pessoal e encargos, incluindo entidade de previdência, no montante de R\$ 30,4 milhões, em função principalmente da redução de custos decorrente do programa de saída voluntária ("PSV");
- II. redução de R\$ 61,0 milhões com materiais e serviços, em função principalmente de ganhos de eficiência nos processos comerciais e operacionais, e menores despesas com assessoria financeira e jurídica relacionadas a OPA/Follow-On realizados em 2018;
- III. redução no grupo de outras despesas operacionais em R\$ 16,6 milhões, devido principalmente ao aumento de multas moratórias no qual descontadas as penalidades contribuiu no montante de R\$ 20,0 milhões, impacto positivo de R\$ 5,4 milhões em arrendamentos e aluguéis, refletindo a adoção do CPC06/IFRS 16 (R\$ 8,3 milhões); e maiores perdas com desativação de bens e direitos no montante de R\$ 3,8 milhões, parcialmente compensada por:
- IV. aumento da PECLD em R\$ 28,6 milhões.

No acumulado do ano as despesas operacionais, excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 890,8 milhões no 6M19, uma redução de 14,6% em comparação ao 6M18 (R\$ 1.043,4 milhões). Essa redução deve-se, principalmente a:

- I. menor custo com pessoal e encargos no montante de R\$ 53,9 milhões em função principalmente da economia de custos com salários, benefícios e encargos em decorrência do programa de saída voluntária ("PSV");
- II. redução de 74,9 milhões com materiais e serviços, em função principalmente de ganhos de eficiência nos processos de atendimento ao cliente e menores despesas com assessoria financeira e jurídica relacionada a OPA/Follow-On realizado em 2018;
- III. menor custo com outras despesas operacionais em R\$ 33,3 milhões, devido principalmente ao aumento de multas moratórias no qual descontadas as penalidades contribuiu no montante de R\$ 22,2 milhões, e impacto positivo de R\$ 9,2 milhões em arrendamentos e aluguéis, refletindo adoção do CPC06/IFRS 16 (R\$ 18,2 milhões); parcialmente compensada por:
- IV. aumento de despesas com PECLD em R\$ 44,3 milhões.

EBITDA

A seguir a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	131.313	(155.614)	-184,4%	69.051	90,2%	200.364	(161.051)	-224,4%
(+) Tributos sobre o Lucro	74.690	(73.756)	-201,3%	6.072	1130,1%	80.762	(71.991)	-212,2%
(+) Resultado Financeiro	149.901	270.173	-44,5%	163.731	-8,4%	313.632	473.351	-33,7%
(=) EBIT	355.904	40.803	772,2%	238.854	49,0%	594.758	240.309	147,5%
(+) Depreciações e Amortizações	158.088	138.166	14,4%	160.160	-1,3%	318.248	275.635	15,5%
(=) EBITDA	513.992	178.969	187,2%	399.014	28,8%	913.006	515.944	77,0%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

O EBITDA reportado pela Companhia registrou R\$ 514,0 milhões no 2T19, um aumento de 187,2% em comparação ao apresentado no 2T18, reflexo dos efeitos apresentados anteriormente, com destaque para:

- I. ganhos de margem (R\$ 214,5 milhões) decorrentes de impacto positivo com o mix de tarifa/volume e impacto contábil de ajuste de CVA, contabilizados no mês de junho;
- II. impacto positivo devido à redução de (R\$122,4 milhões) no grupo de despesas operacionais, decorrente principalmente dos ganhos de eficiência obtidos a partir do processo de otimização iniciado em julho de 2018.



Comentário do Desempenho

Importante destacar que o desempenho do 2T18 foi impactado por despesas relacionadas à assessoria jurídica e financeira relacionadas a OPA/Follow-on, no valor de R\$ 59,0 milhões. Já no 2T19, o desempenho foi impactado positivamente pela adequação ao IFRS 16, no valor de R\$ 8,3 milhões.

Desconsiderados estes efeitos, o EBITDA Ajustado teria encerrado o 2T19 em R\$ 506,0 milhões, montante 114,2% superior ao EBITDA Ajustado do 2T18, de R\$ 236,0 milhões.

No 1S19, a Companhia registrou um EBITDA reportado de R\$ 913,0 milhões, valor 77,0% superior ao apresentado no 1S18. Desconsiderados os efeitos não-recorrentes destacados nos semestres dos respectivos exercícios, incluindo o impacto, positivo, pela adequação do IFRS 16 e, negativo, pela incidência de eventos climáticos severos no primeiro trimestre, o EBITDA Ajustado do 1S19 seria R\$ 899,8 milhões, valor 56,7% superior ao EBITDA Ajustado do 1S18.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicações Financeiras	15.049	6.525	130,6%	10.862	38,5%	25.911	12.784	102,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	26.156	20.616	26,9%	16.244	61,0%	42.400	42.443	-0,1%
Atualização de Créditos Tributários	353	103	242,7%	21.082	-98,3%	21.435	207	10255,1%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	6.194	6.433	-3,7%	6.600	-6,2%	12.794	10.064	27,1%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	47.731	-	n.a	13.828	245,2%	61.558	-	n.a
Outras Receitas Financeiras	6.942	8.141	-14,7%	6.390	8,6%	13.333	17.479	-23,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.543)	(47.063)	-94,6%	(2.845)	-10,6%	(5.388)	(47.063)	-88,6%
Total - Receitas Financeiras	99.882	(5.245)	-2004,3%	72.161	38,4%	172.043	35.914	379,0%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(89.297)	(101.557)	-12,1%	(75.512)	18,3%	(164.809)	(191.008)	-13,7%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(6.250)	(4.283)	45,9%	(6.732)	-7,2%	(12.982)	(8.060)	61,1%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(3.593)	(3.919)	-8,3%	(5.133)	-30,0%	(8.726)	(7.506)	16,3%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	1.884	2.617	-28,0%	1.933	-2,5%	3.817	4.648	-17,9%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(13.261)	(13.432)	-1,3%	(12.149)	9,2%	(25.410)	(26.340)	-3,5%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(24.717)	(22.701)	8,9%	(22.729)	8,7%	(47.446)	(41.351)	14,7%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial Líquido	-	965	-100,0%	-	n.a	-	(4.105)	-100,0%
Atualização Acordo Eletrobras	(27.300)	(27.590)	-1,1%	(28.150)	-3,0%	(55.450)	(44.865)	23,6%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(81.037)	(87.486)	-7,4%	(81.037)	0,0%	(162.074)	(174.972)	-7,4%
Outras Despesas Financeiras	(5.997)	(8.396)	-28,6%	(6.421)	-6,6%	(12.418)	(16.612)	-25,2%
Total - Despesas Financeiras	(249.568)	(265.782)	-6,1%	(235.930)	5,8%	(485.498)	(510.171)	-4,8%
Variações Cambiais	(215)	854	-125,2%	38	-665,8%	(177)	906	-119,5%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(149.901)	(270.173)	-44,5%	(163.731)	-8,4%	(313.632)	(473.351)	-33,7%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

A Companhia registrou no 2T19 um resultado financeiro negativo de R\$ 149,9 milhões, uma redução de R\$ 120,3 milhões em comparação ao resultado financeiro negativo de R\$ 270,2 milhões reconhecido no 2T18.

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras estão foram: (i) atualização monetária do ativo financeiro setorial, com efeito positivo de R\$ 47,7 milhões; (ii) diminuição do efeito de PIS/Cofins sobre a receita financeira no valor de R\$ 44,5 milhões referente a montante não repassável ao consumidor, reconhecido no 2T18; (iii) redução com despesas de encargos da dívida, em R\$ 12,3 milhões, reflexo da estratégia financeira executada pela Companhia em 2018, com operação de *Liability Management* realizada em junho de 2019; e (iv) aumento na receita com aplicações financeiras, em R\$ 8,5 milhões do maior saldo médio de caixa no período.

No semestre, a Companhia reportado um resultado financeiro negativo em R\$ 313,6 milhões, uma variação positiva de R\$ 159,7 milhões em comparação ao resultado financeiro negativo apresentado no 1S18.

As principais variações registradas foram: (i) maior receita com atualização monetária do ativo financeiro setorial em R\$ 61,6 milhões; (ii) redução no efeito de PIS/Cofins sobre receita financeira no valor de R\$ 41,7 milhões; (iii) redução nas despesas com encargos da dívida, em R\$ 26,2 milhões, resultado das operações de *Liability Management* executadas; (iv) aumento na receita com atualização de créditos tributários em R\$ 21,2 milhões, devido a reconhecimento de créditos tributários decorrentes da dedução, em dobro, das despesas incorridas com o PAT desde 2006; e (v) aumento na receita com aplicações financeiras, em R\$ 13,1 milhões do maior saldo médio de caixa no período.



Comentário do Desempenho

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Imposto de Renda	-	-	n.a	22.287	n.a	22.287	-	n.a
Contribuição Social Diferida	(19.772)	19.523	-201,3%	(7.507)	163,4%	(27.279)	19.056	-243,2%
Imposto de Renda Diferido	(54.918)	54.233	-201,3%	(20.852)	163,4%	(75.770)	52.935	-243,1%
Total	(74.690)	73.756	-201,3%	(6.072)	1130,1%	(80.762)	71.991	-212,2%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

No 2T19, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 74,7 milhões, um aumento de R\$ 148,4 milhões em comparação ao mesmo período do ano passado.

No semestre, a variação é resultado da maior base tributável registrada no período, compensado por crédito de IR a recuperar, no valor de R\$ 22,3 milhões registrados no primeiro trimestre, decorrente da dedução em dobro das despesas incorridas com o PAT⁹ desde 2006, bem como respectiva compensação do IRPJ.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T19	2T18 (1)	Var. %	1T19	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (3)	4.611.450	4.492.449	2,6%	4.351.357	6,0%
Fundo de Pensão	1.198.682	1.219.317	-1,7%	1.232.490	-2,7%
Outros Resultados Abrangentes Derivativo	(4.773)	-	n.a	-	n.a
(-) Disponibilidades (4)	710.684	1.505.579	-52,8%	1.558.358	-54,4%
Dívida Líquida	5.094.674	4.206.187	21,1%	4.025.489	26,6%
EBITDA (12 meses)	1.613.212	964.846	67,2%	1.249.140	29,1%
(+) PECLD e Contingências	353.995	-	n.a	357.192	-0,9%
(+) Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	(151.554)	381.800	-139,7%	(66.274)	128,7%
(+) Despesa com arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(18.201)	-	n.a	-	0,0%
EBITDA Ajustado (12 meses) -23ª Debênture	1.797.452	1.346.646	33,5%	1.540.058	16,7%
(-) Despesa com arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	18.201	-	n.a	-	n.a
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	44.169	-	n.a	44.043	0,3%
EBITDA Ajustado (12 meses) -5ª NP e 24ª Debênture	1.859.822	1.346.646	38,1%	1.584.102	17,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	2,83	n/a	n.a	2,73	3,8%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 5ª NP e 24ª Debênture	2,74	n/a	n.a	2,65	3,4%

(1) Valores reportados no 2T18, exceto quando indicado de outra forma; (2) Variação entre 2T19 e 1T19; (3) Não considera obrigações por arrendamento (R\$ 204,5 milhões em 31/03/2019 e 76,0 milhões em 30/06/2018); (4) Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos em Curto Prazo

A Dívida Bruta¹⁰ da Companhia encerrou o 2T19 em R\$ 5.805,4 milhões, um incremento de R\$ 93,6 milhões em relação ao 2T18. Essa variação deve-se principalmente a: emissões no valor total de R\$ 4.542,2 milhões no período, com destaque para a 23ª Debênture no valor de R\$ 3.000,0 milhões, em setembro de 2018, e 24ª Debênture no valor de R\$ 1.500,0 milhões, em junho de 2019, compensadas parcialmente pelas amortizações, pagamento de juros e liquidação antecipada (principalmente Debêntures, CCB, FINEM), no total de R\$ 4.428,0 milhões no período.

Vale mencionar que para a 2ª série da 24ª Debênture, com atualização atrelada ao IPCA, foi contratada operação de derivativo (swap) para troca de indexação para CDI, pelo mesmo período da série emitida.

As disponibilidades somaram R\$ 710,7 milhões no 2T19, ante R\$ 1.505,6 milhões no período anterior, uma redução de R\$ 794,9 milhões, resultado do maior volume de investimentos executados em 2018. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5.094,6 milhões no 2T19, um aumento de R\$ 888,5 milhões em relação ao saldo de R\$ 4.206,2 milhões do ano anterior.

A Companhia encerrou o 2T19 com o custo médio da dívida de 7,84% a.a., ou CDI + 1,18% a.a e prazo médio de 4,1 anos.

⁹ Programa de Alimentação do Trabalhador

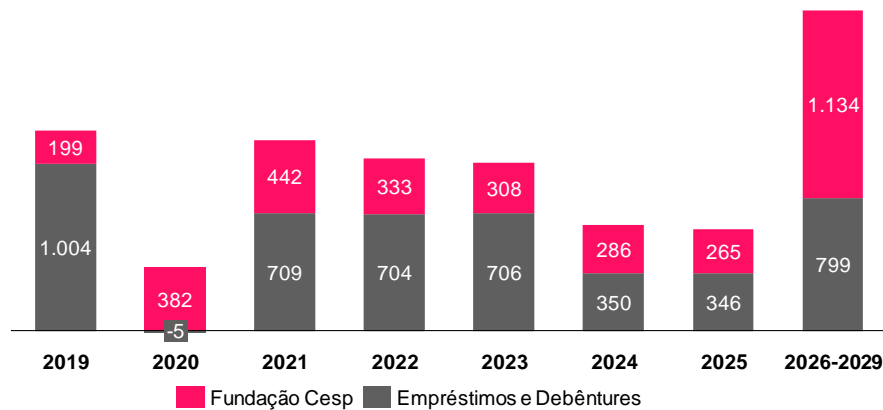
¹⁰ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo devedor com o fundo de pensão e saldo líquido do derivativo. O saldo com fundo de pensão não considera o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 2.537,0 milhões em 30 de junho de 2019, de R\$ 2.537,0 milhões em 30 de março de 2019, e de R\$ 2.458,9 milhões em 30 de junho de 2018.



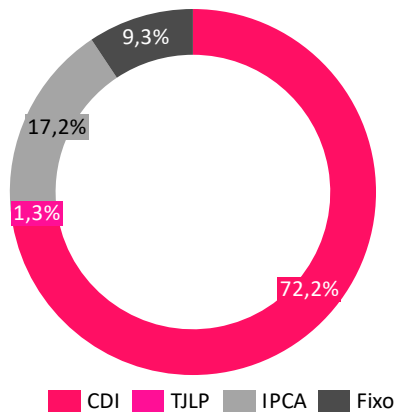
Comentário do Desempenho

Considerando o EBITDA Ajustado previsto, o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, findo em 30 de Junho de 2019, foi de 2,83x. Em Junho de 2019, a Companhia emitiu a 24ª Debênture, que tal como a 5ª Nota Promissória, não considera para fins de cálculo do EBITDA Ajustado a “Perda na desativação de ativos”. Dessa forma, o *covenant* para esta emissão registrou 2,74x. O limite dos *covenants* válido para todas as dívidas da Companhia é: 3,5x calculado pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Desta forma no 2T19, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos nos seus contratos de dívida.

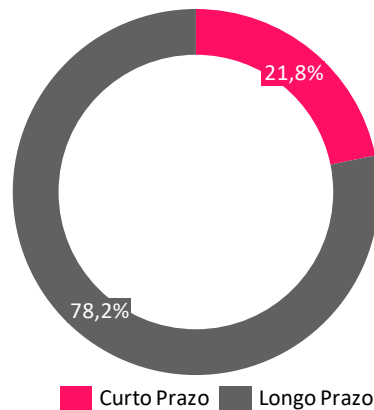
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)¹¹



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores¹²



Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo¹²



Rating da Companhia¹³

Escala	Ratings	Nacional	Internacional	Perspectiva
Fitch		AAA	BBB- ¹ e BB+ ²	Estável
Moody's		Aaa	Ba1	Estável

Últimas atualizações: Fitch - Jul'18; 1- Moeda Local; 2- Moeda Estrangeira
Moody's - Set'18

¹¹ Fluxo composto por amortização de principal, juros acumulados e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro.

¹² Não considera previdência.

¹³ Quadro considera ratings válidos em 30 de Junho de 2019.



Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T19	2T18	Var. %	1T19	Var. % (1)	6M19	6M18	Var. % (2)
Manutenção	98.337	147.449	-33,3%	102.224	-3,8%	200.561	241.065	-16,8%
Crescimento	73.788	119.290	-38,1%	67.354	9,6%	141.143	221.084	-36,2%
Novas Conexões	12.571	36.411	-65,5%	20.283	-38,0%	32.855	75.917	-56,7%
Financiado pela Companhia	184.697	303.149	-39,1%	189.862	-2,7%	374.559	538.067	-30,4%
Financiado pelo Cliente	14.164	20.816	-32,0%	30.474	-53,5%	44.639	52.209	-14,5%
Total	198.861	323.965	-38,6%	220.336	-9,7%	419.197	590.275	-29,0%

(1) Variação entre 2T19 e 1T19 (2) Variação entre 6M19 e 6M18

No 2T19, a Companhia investiu R\$ 198,9 milhões. Do volume investido no 2T19, este foi alocado, principalmente, em atividades de manutenção e crescimento, incluindo implantação/manutenção de ETDs e LDSs, e modernização do sistema subterrâneo.

No primeiro semestre de 2019, foram investidos R\$ 419,2 milhões. Destes, R\$ 374,6 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 44,6 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes, valor 29% menor quando comparado ao primeiro semestre de 2018.

5 OUTROS TEMAS

Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, em Reunião Pública de sua Diretoria realizada em 02 de julho de 2019, deliberou sobre os resultados da revisão tarifária periódica de 2019, com aplicação a partir de 04 de julho de 2019. Na reunião foi aprovado o índice de reposicionamento de +12,79% composto por: (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário, no valor de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +7,03%, conforme detalhado na tabela ao lado.

Composição		
Parcela A	Encargos Setoriais	-4,58%
	Energia Comprada	1,67%
	Encargos de Transmissão	1,33%
	Parcela A	-1,57%
Parcela B		3,29%
Reajuste Econômico		1,72%
CVA Total		10,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		0,60%
Reajuste Financeiro		11,07%
Reajuste Total		12,79%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-5,75%
Efeito para o Consumidor		7,03%

A Parcela A foi reajustada em -1,99%, representando -1,57% no reposicionamento econômico, com os seguintes componentes:

- I. **Encargos Setoriais** – Redução de 19,37%, representando -4,58% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da diminuição de 7,66% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Energia (“CDE Energia”);
- II. **Energia Comprada (Inclui PROINFA)** – Aumento de 3,69%, decorrente principalmente do aumento do custo dos CCEARs, das Cotas (Lei nº12.783/2013) e de Itaipu. O aumento do custo da compra de energia representa 1,67% no reposicionamento econômico; e
- III. **Encargos de Transmissão** – Aumento de 13,05% decorrente principalmente do reajuste da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 1,33% no reposicionamento econômico.

A Parcela B foi reajustada em 15,61%, representando uma participação de 3,29% no reposicionamento econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- I. **Custos Operacionais:** a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Para a Enel São Paulo, o resultado foi o estabelecimento de um custo operacional nesta revisão superior em 5,12% ao atualmente praticado na tarifa, contribuindo para uma participação de 0,56% no reposicionamento econômico.



Comentário do Desempenho

- II. **Custo Anual dos Ativos:** corresponde à remuneração do capital, quota de reintegração regulatória e anuidade dos ativos não elétricos. A remuneração apresentou aumento de 33,65% em relação aos valores existentes nas tarifas, o que representou impacto tarifário de 1,80%, em virtude do aumento da Base de Remuneração Líquida. A quota de reintegração regulatória apresentou variação positiva de 25,82% em relação aos valores existentes nas tarifas, o que representou um impacto de 0,81% devido ao aumento da Base de Remuneração Bruta e alteração da taxa de depreciação regulatória. As anuidades apresentaram aumento de 74,22% em relação aos valores atualmente contidos nas tarifas, com impacto de 0,69% na revisão, por ocasião da atualização dos parâmetros regulatórios adotados para seu cálculo e atualização da Base de Remuneração Regulatória.
- III. **Receitas Irrecuperáveis:** apresentou variação positiva de 2,31% em relação aos valores presentes atualmente nas tarifas, com impacto de 0,03% no reposicionamento econômico, resultante da revisão dos percentuais regulatórios de inadimplência que são admitidos para a Enel Distribuição São Paulo e da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irre recuperáveis.
- IV. **Outras Receitas:** apresentaram variação de 96,82%, representando um impacto negativo de -0,60% no reposicionamento econômico, explicado pela mudança na forma de repasse das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que no 3º ciclo tarifário (julho de 2011 a junho de 2015) eram contabilizados como obrigações especiais e no 4º ciclo tarifário (julho de 2015 a junho de 2019) foram provisionadas como Passivo Regulatório, cuja amortização se iniciará a partir da presente revisão tarifária.

Por fim, vale destacar que foram definidos os componentes do Fator X que serão deduzidos da variação do IGP-M na atualização anual dos custos da Parcela B da Companhia:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-T (trajetória dos custos operacionais) de -2,07%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual.

Fora estes efeitos, anualmente é apurado o Fator XQ, de incentivo à melhoria da qualidade, que nesta revisão foi apurado em -1,03%.

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizaram um montante de R\$ 1.707.930, dentre os quais R\$ 619.537 se referem à cobertura tarifária para custos futuros de risco hidrológico. O valor de componentes financeiros contempla o aumento de custos de encargos setoriais, câmbio e risco hidrológico ocorridos após o reajuste tarifário.

O reajuste tarifário médio de +7,03% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores) apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado ao lado.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	8,46%
Baixa Tensão	6,48%
Efeito Médio	7,03%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:



- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 15/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 40/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 60/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública no 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento



Comentário do Desempenho

As bandeiras tarifárias que vigoraram até julho de 2019, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela					
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44					

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras, a fim de encerrar a disputa judicial que envolve a responsabilidade da Companhia pelo pagamento do saldo de encargos financeiros, referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa, que posteriormente foi cindida, dando origem a quatro companhias, entre as quais a Enel Distribuição São Paulo e a CTEEP atuais.

Foi certificado o trânsito em julgado da parte da decisão de 12 de fevereiro de 2019, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que homologou o acordo principal com a Eletrobras, restando adimplida a última condição de eficácia do referido acordo.

No âmbito do referido Acordo, a Companhia se comprometeu a desembolsar R\$ 1.500 milhões, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, sendo R\$ 1.400 milhões em favor da Eletrobras e R\$ 100 milhões em relação à sucumbência aos advogados, valores com data base em 31 de janeiro de 2018.

Em 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado do acordo com os advogados da Eletrobras, razão pela qual a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela do acordo no valor de R\$ 274,5 milhões para a Eletrobras e R\$ 55,1 milhões aos advogados que assinaram o acordo original, acrescidos de R\$ 8,3 milhões a serem descontados da segunda parcela, referentes aos novos advogados que na forma do acordo comprovadamente atuaram no processo, aderiram ao acordo e deram quitação.

PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores

Em março de 2017, o STF (Superior Tribunal Federal) confirmou tese sobre a não composição do ICMS na base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui dois processos judiciais que discutem referida tese. Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014. Amparada nas avaliações de seus assessores legais, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 4.942,2 milhões e passivo de R\$ 4.919,9 milhões, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A outra ação judicial da Companhia, relativa ao período de janeiro de 2015 em diante, aguarda julgamento de recurso da União Federal.



Comentário do Desempenho

Oferta Pública para Aquisição de Ações (OPA) e Conversão de Categoria

No dia 26 de junho de 2019, a Companhia comunicou ao mercado que sua acionista controladora indireta, Enel Brasil S.A., protocolou junto à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Enel Distribuição São Paulo perante a CVM sob categoria “A” e conversão para a categoria “B” (“Conversão de registro”). Referido pedido encontra-se atualmente sob avaliação do regulador, CVM, etapa anterior ao lançamento da oferta e definição de prazos.

A oferta será destinada às 8.133.352 ações ordinárias em circulação da Companhia, correspondente a 4,056% do atual capital social total, isto é, até a totalidade das ações ordinárias, exceto por aquelas detidas direta ou indiretamente pela Enel Brasil e as ações em tesouraria.

O preço ofertado deverá ser de R\$ 48,28/ação, correspondente ao preço de R\$ 45,22 ofertado na Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição do Controle da Enel Distribuição São Paulo, lançada em 17 de abril de 2018 pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A., subsidiária integral da Enel Brasil (“OPA para Aquisição de Controle”), atualizado pela variação da SELIC desde o dia 04 de junho de 2018, data do leilão da OPA para Aquisição de Controle, até o dia 26 de junho de 2019, data do pedido de registro.

A Enel Brasil informou, ainda, que tem a intenção de fazer com que a Companhia promova, após a liquidação da Oferta, o resgate das ações remanescentes que eventualmente não sejam adquiridas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das S.A. Como a condição para Conversão de Registro já foi cumprida, após a conclusão da Oferta a Companhia deixará o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	706.762	936.678
Investimentos de curto prazo	4	3.922	4.756
Consumidores, revendedores e outros	5	2.271.101	2.323.574
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	75.422	23.293
Outros tributos compensáveis	8	205.638	129.414
Contas a receber - acordos	6	206.869	192.431
Outros créditos	10	256.481	227.827
Almoxarifado		28.061	31.465
Serviços em curso		141.049	139.003
Despesas pagas antecipadamente		52.875	43.140
Ativo financeiro setorial	12	2.206.559	1.809.234
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.154.739	5.860.815
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	25.885	25.058
Operação com instrumento derivativo	33.1	4.773	-
Outros tributos compensáveis	8	5.020.009	84.967
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	2.054.971	2.159.671
Cauções e depósitos vinculados	19	792.782	539.358
Contas a receber - acordos	6	8.889	10.882
Outros créditos	10	34.105	47.308
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	488.349	634.918
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.144.323	3.795.279
Ativo financeiro setorial	12	312.351	836.557
Investimento		41.250	45.377
Imobilizado arrendado	16	176.791	66.329
Intangível	11.3	4.377.959	4.448.061
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.482.437	12.693.765
TOTAL DO ATIVO		23.637.176	18.554.580

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2019	31.12.2018
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	13	1.669.796	1.625.422
Empréstimos e financiamentos	15	961.896	437.652
Debêntures	15	42.535	239.953
Obrigações por arrendamentos	16	68.901	31.254
Subvenções governamentais		3.660	4.083
Outros tributos a pagar	14	483.725	497.503
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		358	358
Obrigações sociais e trabalhistas	18	132.818	190.358
Encargos setoriais	20	407.331	404.688
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	11.387	11.160
Contas a pagar - acordo Eletrobras	21	331.272	-
Provisão para processos judiciais e outros	19	232.851	520.852
Reserva de reversão		7.343	7.342
Outras obrigações	22	295.949	255.919
Passivo financeiro setorial	12	1.250.244	1.229.323
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		5.900.066	5.455.867
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	49.292	55.717
Debêntures	15	3.557.728	3.333.010
Obrigações por arrendamentos	16	132.277	47.602
Subvenções governamentais		6.776	8.488
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	3.835.297	3.895.506
Contas a pagar - acordo Eletrobras	21	986.849	-
Provisão para processos judiciais e outros	19	694.348	1.965.093
Encargos setoriais	20	15.174	38.689
Obrigações sociais e trabalhistas	18	-	401
Reserva de reversão		47.728	51.399
Outras obrigações	22	17.144	19.802
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	23	4.919.915	-
Passivo financeiro setorial	12	390.035	802.026
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.652.563	10.217.733
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	24.1	2.823.486	2.823.486
Reservas de capital		691.470	691.470
Ações em tesouraria	24.2	(49.236)	(49.236)
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	24.5	(815.551)	(781.506)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Lucros acumulados		237.612	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.084.547	2.880.980
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.637.176	18.554.580

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

				Reapresentado	Reapresentado
		01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	3.352.826	6.820.741	3.651.685	6.853.577
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	27	(1.702.599)	(3.685.084)	(2.058.449)	(3.638.580)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	27	(74.694)	(149.790)	(63.862)	(127.928)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	27	(465.455)	(829.734)	(460.089)	(931.723)
Custo de operação					
Pessoal e administradores		(177.524)	(373.007)	(207.048)	(426.930)
Entidade de previdência privada	17.1	(7.268)	(12.923)	(5.063)	(10.185)
Serviços de terceiros		(116.276)	(241.991)	(186.499)	(322.166)
Material		(16.491)	(30.225)	(19.598)	(37.313)
Custo de construção		(153.741)	(352.346)	(327.480)	(596.034)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(75.523)	(142.658)	(46.965)	(98.319)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(19.692)	(38.043)	(51.446)	(63.216)
Depreciação e amortização		(158.088)	(318.248)	(138.166)	(275.635)
Outras receitas e despesas operacionais	28	(29.571)	(51.934)	(46.217)	(85.239)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(2.996.922)	(6.225.983)	(3.610.882)	(6.613.268)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		355.904	594.758	40.803	240.309
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	29	99.882	172.043	(5.245)	35.914
Despesas financeiras	29	(249.568)	(485.498)	(265.782)	(510.171)
Variações cambiais, líquidas	29	(215)	(177)	854	906
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(149.901)	(313.632)	(270.173)	(473.351)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		206.003	281.126	(229.370)	(233.042)
Imposto de renda	30	-	22.287	-	-
Contribuição social diferida	30	(19.772)	(27.279)	19.523	19.056
Imposto de renda diferido	30	(54.918)	(75.770)	54.233	52.935
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	9.4/9.2	(74.690)	(80.762)	73.756	71.991
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		131.313	200.364	(155.614)	(161.051)
Lucro (Prejuízo) líquido básico/diluído por ação ordinária	25.1	0,66502	1,01472	(0,94721)	(0,98031)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	131.313	200.364	(155.614)	(161.051)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	4.854	4.854	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	(1.651)	(1.651)	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	134.516	203.567	(155.614)	(161.051)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Opções de ações outorgadas	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Aumento de capital proposto	Reserva legal		
	1.323.486	-	22.441	670.897	(49.236)	(646.685)	-	248.984	238.545	1.751.838
	Resultado abrangente total:									
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(161.051)
	-	-	(1.868)	-	-	-	-	-	-	(1.868)
	-	900.000	-	-	-	-	-	-	-	900.000
	-	-	-	-	-	(63.206)	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	21.489	-	-	-	-
9.2	1.323.486	900.000	20.573	670.897	(49.236)	(688.402)	-	248.984	238.545	2.488.919
	Saldos em 30 de junho de 2018									
	2.823.486	-	20.573	670.897	(49.236)	(781.506)	-	195.766	-	2.880.980
	Resultado abrangente total:									
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	4.854	-	-	200.364	200.364
	-	-	-	-	-	(1.651)	-	-	4.854	4.854
	-	-	-	-	-	(56.437)	-	-	-	(1.651)
	-	-	-	-	-	19.189	-	-	56.437	56.437
9.2	2.823.486	-	20.573	670.897	(49.236)	(815.551)	-	195.766	(19.189)	3.084.547
	Saldos em 30 de junho de 2019									

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Reapresentado
	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018
Atividades operacionais:		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	200.364	(161.051)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	318.248	275.635
Variações monetárias	(5.101)	8.801
Atualização do ativo financeiro da concessão	(88.308)	(80.594)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	143.448	110.109
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	59.753	87.675
Atualização acordo Eletrobras	55.450	44.865
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	160.992	194.513
Juros sobre obrigações de arrendamento	12.982	-
Juros sobre operação com instrumento derivativo	81	-
Benefícios pós-emprego	176.668	183.990
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(1.164)	-
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	29.582	36.021
Tributos e contribuições sociais diferidos	103.049	(71.991)
Ações e opções de ações outorgadas	-	(1.868)
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(53.902)	71.301
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(22.285)	(2.408)
Outros tributos compensáveis	(5.011.266)	(37.926)
Almojarifado	3.404	663
Serviços em curso	(2.046)	19.741
Contas a receber - acordos	(49.534)	(51.434)
Despesas pagas antecipadamente	(9.735)	(21.270)
Outros créditos	27.720	39.322
Ativo financeiro setorial	126.881	(825.182)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	55.888	129.793
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.919.915	-
Outros tributos a pagar	(13.778)	(8.460)
Obrigações sociais e trabalhistas	(57.941)	19.056
Encargos setoriais	(14.790)	(44.844)
Outras obrigações	33.702	(3.948)
Passivo financeiro setorial	(391.070)	104.150
	707.207	14.659
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(148.227)	(153.302)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	(9.583)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.409)	(7.650)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(236.650)	(212.901)
Pagamento de processos judiciais e outros	(52.730)	(61.090)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(337.909)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	39	-
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(86.262)	(420.284)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(419.197)	(590.274)
Consumidores participação financeira	48.593	34.790
Aplicações em investimento de curto prazo	(43)	(48.059)
Resgates de investimento de curto prazo	2.001	48.651
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(285.987)	30.941
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	976	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(653.657)	(523.951)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.000.000	1.444.817
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.450.354)	(459.657)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(19.427)	(16.918)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(20.216)	(17.427)
Adiantamento futuro aumento de capital	-	900.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(1.686)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	510.003	1.849.129
Variação no caixa líquido da Companhia	(229.916)	904.894
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	936.678	597.447
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	706.762	1.502.341

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reapresentado	
	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018
1. RECEITAS	11.282.292	11.002.025
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	11.424.950	11.100.344
Fornecimento de energia elétrica	5.945.468	5.280.295
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	4.606.568	4.067.623
Outras receitas	520.568	1.156.392
Receita relativa à construção de ativos próprios	352.346	596.034
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(142.658)	(98.319)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.770.525)	(6.165.688)
Materiais	(181.567)	(322.039)
Outros custos operacionais	(63.470)	(97.836)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.122.152)	(5.177.061)
Serviços de terceiros	(403.336)	(568.752)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	5.511.767	4.836.337
4. RETENÇÕES	(318.248)	(275.635)
Depreciação e amortização	(318.248)	(275.635)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.193.519	4.560.702
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	172.043	35.914
Receitas financeiras	172.043	35.914
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.365.562	4.596.616
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.365.562	4.596.616
Empregados (Colaboradores)	370.451	450.100
Salários e encargos	185.654	263.273
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	43.488	49.040
Benefícios	124.491	116.350
FGTS	16.818	21.437
Tributos (Governo)	4.299.753	3.762.555
Federais	684.120	423.977
Imposto de renda e contribuição social	80.762	(71.991)
COFINS	450.890	365.602
PIS	97.076	79.218
INSS	38.394	36.431
Encargos sociais - Outros	16.998	14.717
Estaduais	2.015.985	1.760.689
ICMS	2.012.023	1.757.218
Outros	3.962	3.471
Municipais	23.239	23.014
ISS	95	95
IPTU	23.111	22.884
Outros	33	35
Encargos setoriais	1.576.409	1.554.875
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.434.693	1.290.931
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	63.411	61.268
Encargos do consumidor - PROINFA	44.249	41.193
Encargos do consumidor - CCRBT	27.190	155.183
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.866	6.300
Remuneração de capitais de terceiros	494.994	545.012
Juros	485.675	526.251
Aluguéis	9.319	18.761
Remuneração de capitais próprios	200.364	(161.051)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(37.248)	(41.717)
Lucros/prejuízos retidos	237.612	(119.334)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (Enel Sudeste), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália). As ações da Companhia estão registradas desde 27 de novembro de 2017 no mais elevado segmento de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), denominado Novo Mercado e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Revisão tarifária de 2019

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 2 de julho de 2019, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2019, aplicada na tarifa a partir de 4 de julho de 2019. A ANEEL aprovou um índice de reposicionamento de +12,79% composto por (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +7,03%.

Composição	
Parcela A	-1,57%
Parcela B	3,29%
Reajuste Econômico	1,72%
CVA total	10,47%
Outros itens financeiros da Parcela A	0,60%
Reajuste Financeiro	11,07%
Reajuste Total	12,79%
Componentes financeiros do processo anterior	-5,75%
Efeito para o consumidor	7,03%

O efeito médio de +7,03% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 8,46% e 6,48% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) **Parcela A:** Reajustada em -1,99%, representando -1,57% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – redução de 19,37%, representando -4,58% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da diminuição de 7,66% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Energia (“CDE Energia”);
 - Energia comprada – aumento de 3,69%, decorre principalmente do aumento do custo dos CCEARs, das Cotas (Lei nº12.783/2013) e de Itaipu. O aumento do custo da compra de energia representa 1,67% no reposicionamento econômico; e
 - Encargos de transmissão – aumento de 13,05% decorrente principalmente do reajuste da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 1,33% no reposicionamento econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em 15,61%, representando uma participação de 3,29% no reposicionamento econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- Custos Operacionais: A metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Para a Companhia, o resultado foi o estabelecimento de um custo operacional nesta revisão superior em 5,12% ao atualmente praticado na tarifa, contribuindo para uma participação de 0,56% no reposicionamento econômico;
 - Custo Anual dos Ativos: corresponde à remuneração do capital, quota de reintegração regulatória e anuidades dos ativos não elétricos. A remuneração apresentou aumento de 33,65% em relação aos valores existentes nas tarifas, o que representou impacto tarifário de 1,80%, em virtude do aumento da Base de Remuneração Líquida. A quota de reintegração regulatória apresentou variação positiva de 25,82% em relação aos valores existentes nas tarifas, o que representou um impacto de 0,81%, devido ao aumento da Base de Remuneração Bruta e alteração da taxa de depreciação regulatória. As anuidades apresentaram aumento de 74,22% em relação aos valores atualmente contidos nas tarifas, com impacto de 0,69% na revisão, por ocasião da atualização dos parâmetros regulatórios adotados para seu cálculo e atualização da Base de Remuneração Regulatória.
 - Receitas Irrecuperáveis: apresentou variação positiva de 2,31% em relação aos valores atualmente nas tarifas, com impacto de 0,03% no reposicionamento econômico, resultante da revisão dos percentuais regulatórios de inadimplência que são admitidos para a Companhia e da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irre recuperáveis.
 - Outras Receitas: apresentaram variação de 96,82%, representado um impacto negativo de -0,60% no reposicionamento econômico, explicado pela mudança na forma de repasse das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que no 3º ciclo tarifário (julho de 2011 a junho de 2015) eram contabilizadas como obrigações especiais e no 4º ciclo tarifário (julho de 2015 a junho de 2019) foram provisionadas como Passivo Regulatório, cuja amortização iniciará a partir da presente Revisão Tarifária.

Por fim, vale destacar que foram definidas as componentes do Fator X que serão deduzidas da variação do IGP-M na atualização anual dos custos da Parcela B da Companhia:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fora estes efeitos, anualmente é apurado o Fator XQ, de incentivo à melhoria da qualidade, que nesta Revisão foi apurado em -1,03%.

- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizaram um montante de R\$ 1.707.930, dentre os quais R\$ 619.537 se referem à cobertura tarifária para custos futuros de risco hidrológico. O valor de componentes financeiros contempla o aumento de custos de encargos setoriais, câmbio e risco hidrológico ocorridos após o reajuste tarifário.

1.2 Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) e Conversão de Categoria

No dia 26 de junho de 2019, a Companhia comunicou ao mercado que sua acionista controladora indireta, Enel Brasil S.A., protocolou junto à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta da Eletropaulo perante a CVM sob a categoria "A" e conversão para a categoria "B" ("Conversão de Registro"). Referido pedido encontra-se atualmente sob avaliação do regulador, CVM, etapa anterior ao lançamento da oferta e definição de prazos.

A Oferta será destinada às 8.133.352 ações ordinárias em circulação da Companhia, correspondentes a 4,056% do capital social total, isto é, até a totalidade das ações ordinárias, exceto por aquelas detidas direta ou indiretamente pela Enel Brasil e as ações em tesouraria.

O preço ofertado deverá ser de R\$ 48,28/ação, correspondente ao preço de R\$ 45,22 ofertado na Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição do Controle da Eletropaulo, lançada em 17 de abril de 2018 pela a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A., subsidiária integral da Enel Brasil ("OPA para Aquisição de Controle"), atualizado pela variação da SELIC desde o dia 04 de junho de 2018, data do leilão da OPA para Aquisição de Controle, até o dia 26 de junho de 2019, data do pedido de registro.

A Enel Brasil informou, ainda, que tem a intenção de fazer com que a Companhia promova, após a liquidação da Oferta, o resgate das ações remanescentes que eventualmente não sejam adquiridas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das S.A. Como a condição para Conversão de Registro já foi cumprida, após a conclusão da Oferta a Companhia deixará o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 26 de julho de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as às análises do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração aprovará as presentes informações contábeis intermediárias em 30 de julho de 2019.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (*Internacional Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

No quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com exceção à nova política contábil estabelecida pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a Companhia o adotou utilizando o método prospectivo, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Informações detalhadas na nota explicativa nº 3.1.1.

Cabe mencionar que a Companhia contratou uma operação de derivativo durante o 2º trimestre de 2019, e tendo em vista sua divulgação inicial, foram incluídas informações detalhadas na nota explicativa nº 3.1.2.

A Companhia efetuou à revisão das seguintes classificações contábeis para adequar-se à forma de apresentação do grupo Enel, elencadas a seguir e detalhadas na nota explicativa nº 3.2.

a) Na demonstração do fluxo de caixa

- (i) Investimentos de curto prazo
- (ii) Serviços em curso
- (iii) Ativo e passivo setorial

b) Na demonstração de resultado e na demonstração do valor adicionado:

- (i) Variação cambial decorrente de compra de energia de Itaipu
- (ii) Juros líquidos de Benefício Definido – BD
- (iii) Multas moratórias/compensatórias (faturas de clientes/fornecedores em atraso)

Os efeitos das reclassificações contábeis sobre os valores anteriormente divulgados relativos ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018, originalmente autorizados em 26 de julho de 2018, estão apresentados a seguir. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do resultado do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018, após as reclassificações da variação cambial de compra de energia de Itaipu, juros líquidos de Benefício Definido – BD e multas por atrasos com fornecedores:

Nota	01.04.2018 a 30.06.2018				
	Originalmente apresentado	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Multas fornecedores em atraso	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.651.685	-	-	-	3.651.685
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	3.2.4 (2.017.001)	(41.448)	-	-	(2.058.449)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(63.862)	-	-	-	(63.862)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(460.089)	-	-	-	(460.089)
Custo de operação					
Pessoal e administradores	(207.048)	-	-	-	(207.048)
Entidade de previdência privada	3.2.5 (92.549)	-	87.486	-	(5.063)
Serviços de terceiros	(186.499)	-	-	-	(186.499)
Material	(19.598)	-	-	-	(19.598)
Custo de construção	(327.480)	-	-	-	(327.480)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(46.965)	-	-	-	(46.965)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(51.446)	-	-	-	(51.446)
Depreciação e amortização	(138.166)	-	-	-	(138.166)
Outras receitas e despesas operacionais	3.2.6 (29.231)	-	-	(16.986)	(46.217)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(3.639.934)	(41.448)	87.486	(16.986)	(3.610.882)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	11.751	(41.448)	87.486	(16.986)	40.803
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	(5.245)	-	-	-	(5.245)
Despesas financeiras	3.2.5/3.2.6 (195.282)	-	(87.486)	16.986	(265.782)
Variações cambiais, líquidas	3.2.4 (40.594)	41.448	-	-	854
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(241.121)	41.448	(87.486)	16.986	(270.173)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(229.370)	-	-	-	(229.370)
Contribuição social diferida	19.523	-	-	-	19.523
Imposto de renda diferido	54.233	-	-	-	54.233
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	73.756	-	-	-	73.756
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(155.614)	-	-	-	(155.614)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	01.01.2018 a 30.06.2018				
	Originalmente apresentado	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Multas fornecedores em atraso	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.853.577	-	-	-	6.853.577
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	3.2.4 (3.595.561)	(43.019)	-	-	(3.638.580)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(127.928)	-	-	-	(127.928)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(931.723)	-	-	-	(931.723)
Custo de operação					
Pessoal e administradores	(426.930)	-	-	-	(426.930)
Entidade de previdência privada	3.2.5 (185.157)	-	174.972	-	(10.185)
Serviços de terceiros	(322.166)	-	-	-	(322.166)
Material	(37.313)	-	-	-	(37.313)
Custo de construção	(596.034)	-	-	-	(596.034)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(98.319)	-	-	-	(98.319)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(63.216)	-	-	-	(63.216)
Depreciação e amortização	(275.635)	-	-	-	(275.635)
Outras receitas e despesas operacionais	3.2.6 (68.253)	-	-	(16.986)	(85.239)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(6.728.235)	(43.019)	174.972	(16.986)	(6.613.268)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	125.342	(43.019)	174.972	(16.986)	240.309
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	35.914	-	-	-	35.914
Despesas financeiras	3.2.5/3.2.6 (352.185)	-	(174.972)	16.986	(510.171)
Variações cambiais, líquidas	3.2.4 (42.113)	43.019	-	-	906
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(358.384)	43.019	(174.972)	16.986	(473.351)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(233.042)	-	-	-	(233.042)
Contribuição social diferida	19.056	-	-	-	19.056
Imposto de renda diferido	52.935	-	-	-	52.935
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	71.991	-	-	-	71.991
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(161.051)	-	-	-	(161.051)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do semestre findo em 30 de junho de 2018, após reclassificação dos investimentos de curto prazo, serviços em curso e ativo e passivo financeiro setorial:

Nota	01.01.2018 a 30.06.2018				
	Originalmente apresentado	Investimentos de curto prazo	Serviços em curso (P&D / PEE)	Ativos/passivos financeiros setoriais	Saldo reapresentado
Atividades operacionais:					
Prejuízo líquido do período	(161.051)	-	-	-	(161.051)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	275.635	-	-	-	275.635
Variações monetárias	8.801	-	-	-	8.801
Atualização do ativo financeiro da concessão	(80.594)	-	-	-	(80.594)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	110.109	-	-	-	110.109
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	87.675	-	-	-	87.675
Atualização acordo Eletrobras	44.865	-	-	-	44.865
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	194.513	-	-	-	194.513
Benefícios pós-emprego	183.990	-	-	-	183.990
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(10.485)	10.485	-	-	-
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	36.021	-	-	-	36.021
Tributos e contribuições sociais diferidos	(71.991)	-	-	-	(71.991)
Ações e opções de ações outorgadas	(1.868)	-	-	-	(1.868)
Redução (aumento) dos ativos:	(722.691)	-	-	-	(807.193)
Consumidores, revendedores e outros	71.301	-	-	-	71.301
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(2.315)	(93)	-	-	(2.408)
Outros tributos compensáveis	(37.926)	-	-	-	(37.926)
Almoxarifado	663	-	-	-	663
Serviços em curso	-	-	19.741	-	19.741
Contas a receber - acordos	(51.434)	-	-	-	(51.434)
Despesas pagas antecipadamente	(21.270)	-	-	-	(21.270)
Outros créditos	39.322	-	-	-	39.322
Ativo financeiro setorial	(721.032)	-	-	(104.150)	(825.182)
Aumento (redução) dos passivos:	111.338	-	-	-	195.747
Fornecedores	129.793	-	-	-	129.793
Outros tributos a pagar	(8.460)	-	-	-	(8.460)
Obrigações sociais e trabalhistas	19.056	-	-	-	19.056
Encargos setoriais	(25.103)	-	(19.741)	-	(44.844)
Outras obrigações	(3.948)	-	-	-	(3.948)
Passivo financeiro setorial	-	-	-	104.150	104.150
	4.267	10.392	-	-	14.659
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(153.302)	-	-	-	(153.302)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(7.650)	-	-	-	(7.650)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(212.901)	-	-	-	(212.901)
Pagamento de processos judiciais e outros	(61.090)	-	-	-	(61.090)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	9.962	(9.962)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(420.714)	430	-	-	(420.284)
Atividades de investimentos:					
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(590.274)	-	-	-	(590.274)
Consumidores participação financeira	34.790	-	-	-	34.790
Aplicações em investimento de curto prazo	(4.527.449)	4.479.390	-	-	(48.059)
Resgates de investimento de curto prazo	3.424.869	(3.376.218)	-	-	48.651
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	30.941	-	-	-	30.941
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.627.123)	1.103.172	-	-	(523.951)
Atividades de financiamentos:					
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.444.817	-	-	-	1.444.817
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(459.657)	-	-	-	(459.657)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(16.918)	-	-	-	(16.918)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(17.427)	-	-	-	(17.427)
Adiantamento futuro aumento de capital	900.000	-	-	-	900.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.686)	-	-	-	(1.686)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.849.129	-	-	-	1.849.129
Variação no caixa líquido da Companhia	(198.708)	1.103.602	-	-	904.894
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	309.283	288.164	-	-	597.447
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	110.575	1.391.766	-	-	1.502.341

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do valor adicionado do semestre findo em 30 de junho de 2018, após reclassificações da variação cambial de compra de energia de Itaipu, juros líquidos de Benefício Definido – BD e outras reclassificações entre benefícios e salários:

Nota	01.01.2018 a 30.06.2018				
	Originalmente apresentado	Variação cambial de Itaipu	Juros líquidos de benefício definido	Outras Reclassificações	Saldo reapresentado
1. RECEITAS	11.002.025	-	-	-	11.002.025
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	11.100.344	-	-	-	11.100.344
Fornecimento de energia elétrica	5.280.295	-	-	-	5.280.295
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	4.067.623	-	-	-	4.067.623
Outras receitas	1.156.392	-	-	-	1.156.392
Receita relativa à construção de ativos próprios	596.034	-	-	-	596.034
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(98.319)	-	-	-	(98.319)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.122.669)	(43.019)	-	-	(6.165.688)
Materiais	(322.039)	-	-	-	(322.039)
Outros custos operacionais	(97.836)	-	-	-	(97.836)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.134.042)	(43.019)	-	-	(5.177.061)
Serviços de terceiros	(568.752)	-	-	-	(568.752)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	4.879.356	(43.019)	-	-	4.836.337
4. RETENÇÕES	(275.635)	-	-	-	(275.635)
Depreciação e amortização	(275.635)	-	-	-	(275.635)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.603.721	(43.019)	-	-	4.560.702
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	35.914	-	-	-	35.914
Receitas financeiras	35.914	-	-	-	35.914
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.639.635	(43.019)	-	-	4.596.616
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.639.635	(43.019)	-	-	4.596.616
Empregados (Colaboradores)	625.072	-	(174.972)	-	450.100
Salários e encargos	369.438	-	-	(106.165)	263.273
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	49.040	-	-	-	49.040
Benefícios	185.157	-	(174.972)	106.165	116.350
FGTS	21.437	-	-	-	21.437
Tributos (Governo)	3.762.555	-	-	-	3.762.555
Federais	423.977	-	-	-	423.977
Imposto de renda e contribuição social	(71.991)	-	-	-	(71.991)
COFINS	365.602	-	-	-	365.602
PIS	79.218	-	-	-	79.218
INSS	36.431	-	-	-	36.431
Encargos sociais - Outros	14.717	-	-	-	14.717
Estaduais	1.760.689	-	-	-	1.760.689
ICMS	1.757.218	-	-	-	1.757.218
Outros	3.471	-	-	-	3.471
Municipais	23.014	-	-	-	23.014
ISS	95	-	-	-	95
IPITU	22.884	-	-	-	22.884
Outros	35	-	-	-	35
Encargos setoriais	1.554.875	-	-	-	1.554.875
Remuneração de capitais de terceiros	413.059	(43.019)	174.972	-	545.012
Juros	394.298	(43.019)	174.972	-	526.251
Aluguéis	18.761	-	-	-	18.761
Remuneração de capitais próprios	(161.051)	-	-	-	(161.051)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(41.717)	-	-	-	(41.717)
Prejuízo retidos	(119.334)	-	-	-	(119.334)

3.1 Políticas contábeis

3.1.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Ativos de tecnologia	Outros ativos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	8.302	117.513	1.418	44.709	3.763	175.705
Impacto da taxa de desconto	(1.716)	(37.409)	(18)	(3.767)	(6)	(42.916)
Exclusão de arrendamentos de baixo valor e curto prazo	-	(15)	(1.106)	-	(3.684)	(4.805)
Ativo de direito de uso	6.586	80.089	294	40.942	73	127.984
Passivo de arrendamento	(6.586)	(80.089)	(294)	(40.942)	(73)	(127.984)
Prazo médio contratual remanescente (anos)	4,7	3,8	1,2	1,8	1,8	

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (IAS 17), foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento. Tais contratos estão sendo remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. A seguir são demonstrados os impactos no semestre findo em 30 de junho de 2019 no resultado:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	30.06.2019
Despesa com depreciação e amortização	16.922
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(18.201)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.279)
Despesas financeiras	6.226
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(1.672)
Total - impacto na despesa líquida	3.275

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$ 11.975 pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

3.1.2 Operação com instrumento derivativo

O instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia corresponde a operação de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das Debêntures que resulta de posições passivas vinculada à variação do IPCA. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

A operação descrita acima se qualifica para *hedge accounting*, sendo um hedge de fluxo de caixa. A Companhia elaborou uma documentação formal com detalhes sobre os objetivos e estratégias da

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

gestão do risco, da relação entre a transação objeto do hedge e o instrumento de hedge utilizado para a proteção esperada. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A parcela altamente eficaz do hedge, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período, juntamente com os juros da operação.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e derivativo estão detalhados na nota explicativa nº 33.

3.2 Revisão de classificação contábil

A Companhia objetivando alinhamento com o grupo Enel, procedeu a revisão das classificações contábeis de investimentos de curto prazo, serviços em curso (projetos P&D/PEE), ativos e passivos financeiros setoriais, variação cambial de compra de energia de Itaipu, juros líquidos de Benefício Definido – BD e multas moratórias compensatórias, concluindo pelas suas reclassificações, conforme descritas a seguir. A Companhia avaliou que o referido alinhamento representa uma melhoria na forma de divulgação de suas informações contábeis. As reclassificações anteriormente mencionadas foram realizadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e estão sendo apresentadas para fins de comparabilidade nas presentes informações contábeis (detalhes das reclassificações estão descritos na nota explicativa 3.3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

3.2.1 Classificação contábil dos investimentos de curto prazo

Em 30 de junho de 2018, foram reclassificados R\$ 1.391.795 da rubrica de "investimento de curto prazo" para "caixa e equivalentes de caixa" para fins de comparabilidade da demonstração do fluxo de caixa. O impacto na atividade operacional foi de R\$ 459 e na atividade de investimento R\$ 1.103.172.

3.2.2 Serviços em curso

Em 30 de junho de 2018, foi reclassificado na demonstração do fluxo de caixa, na atividade operacional o valor de R\$ 19.741 da rubrica "encargos setoriais" para "serviços em curso".

3.2.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 30 de junho de 2018, foi reclassificado na demonstração do fluxo de caixa, na atividade operacional o valor de R\$ 104.150 do ativo financeiro setorial para o passivo financeiro setorial.

3.2.4 Classificação contábil da variação cambial de Itaipu

O impacto no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018 foi uma reclassificação de uma despesa de variação cambial de R\$ 41.448 e R\$ 43.019, respectivamente, do resultado financeiro para o resultado operacional (energia comprada para revenda).

3.2.5 Classificação contábil dos juros líquidos de Benefício Definido – BD

O impacto no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018 foi uma reclassificação de despesa de R\$ 87.486 e R\$ 174.972, respectivamente, do resultado operacional para o resultado financeiro.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.6 Classificação contábil da multas moratórias/compensatórias (faturas de clientes/fornecedores em atraso)

O impacto no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018 foi uma reclassificação de despesa de R\$ 16.986, do resultado financeiro para o resultado operacional.

3.3 Reconhecimento do PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Conforme detalhado na nota explicativa nº 23, a Companhia foi cientificada em 28 de fevereiro de 2019, do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região, que teve reconhecido seu direito de excluir o ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS do período entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014. Embora o registro contábil tenha ocorrido em junho de 2019, a Companhia está demonstrando os efeitos desse evento somente no acumulado do semestre findo em 30 de junho de 2019, não sendo refletido no 2º trimestre de 2019. O impacto líquido no resultado é zero visto que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais dessa decisão devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**Caixa e equivalentes de caixa:**

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
Numerário disponível		8.241	76.330
Numerário em trânsito	4.1	144.917	76.388
CDB-DI	4.2	553.604	783.960
Total		706.762	936.678

Investimentos de curto prazo:

		30.06.2019	31.12.2018
CDB-DI	4.2	708	861
Fundo de investimento		3.214	3.895
Total		3.922	4.756
Total geral		710.684	941.434

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). O aumento foi ocasionado principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de junho de 2019, que foram transferidas para a Companhia no início de julho de 2019, cujo os montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2018.
- 4.2 Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 96,56% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2019 (95,80% no período findo em 31 de dezembro de 2018), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento, junto ao próprio emissor.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após os períodos de 3,5 anos para a classe residencial e 5 anos para as demais classes.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 30.06.2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	431.745	423.573	72.248	114.814	416.374	1.458.754	(537.454)	921.300
Industrial	67.541	32.924	4.705	10.644	57.320	173.134	(55.915)	117.219
Comercial	255.519	75.863	9.347	12.013	61.610	414.352	(70.184)	344.168
Rural	205	92	28	15	73	413	(79)	334
Poderes públicos	44.823	9.630	3.552	3.715	2.183	63.903	(3.794)	60.109
Iluminação pública	20.941	1.536	13	121	50	22.661	(248)	22.413
Serviço público	33.682	33	9	20	74	33.818	(200)	33.618
Serviço cobráveis	138	558	110	4	7	817	(543)	274
Encargos de uso da rede	3.000	197	-	-	-	3.197	-	3.197
Fornecimento não faturado	749.837	-	-	-	-	749.837	(3.679)	746.158
Participação financeira do consumidor	9.764	95	346	454	16	10.675	-	10.675
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	11.636	-	-	-	-	11.636	-	11.636
TOTAL - CIRCULANTE	1.628.831	544.501	90.358	141.800	537.707	2.943.197	(672.096)	2.271.101
<u>NÃO CIRCULANTE</u>								
<u>Consumidores - distribuição de energia:</u>								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.079	26.079	(194)	25.885
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.079	26.079	(194)	25.885
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.628.831	544.501	90.358	141.800	563.786	2.969.276	(672.290)	2.296.986

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 31.12.2018
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	435.286	366.192	65.408	91.538	443.232	1.401.656	(547.958)	853.698
Industrial	71.167	45.103	3.924	7.019	53.587	180.800	(58.789)	122.011
Comercial	259.577	83.711	6.812	8.800	58.351	417.251	(66.281)	350.970
Rural	157	95	8	14	62	336	(66)	270
Poderes públicos	31.006	14.509	2.320	2.512	1.434	51.781	(3.364)	48.417
Iluminação pública	22.980	1.338	45	21	47	24.431	(99)	24.332
Serviço público	27.131	614	1	-	103	27.849	(202)	27.647
Serviço cobráveis	343	630	224	86	402	1.685	(503)	1.182
Encargos de uso da rede	3.289	-	-	-	-	3.289	-	3.289
Fornecimento não faturado	870.094	-	-	-	-	870.094	(5.763)	864.331
Participação financeira do consumidor	344	130	309	256	28	1.067	-	1.067
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	26.360	-	-	-	-	26.360	-	26.360
TOTAL - CIRCULANTE	1.747.734	512.322	79.051	110.246	557.246	3.006.599	(683.025)	2.323.574
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.040	26.040	(982)	25.058
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.040	26.040	(982)	25.058
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.747.734	512.322	79.051	110.246	583.286	3.032.639	(684.007)	2.348.632

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Consumidores		415.777	373.625
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(208.908)	(181.194)
Saldo líquido de PECLD		206.869	192.431
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		10.891	12.874
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(2.002)	(1.992)
Saldo líquido de PECLD		8.889	10.882
Total circulante + não circulante		215.758	203.313

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 30.06.2019
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	172.322	61.136	193.210	426.668
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(32.565)	(26.529)	(151.816)	(210.910)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	139.757	34.607	41.394	215.758

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.12.2018
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	187.448	49.566	149.485	386.499
Subtotal	187.448	49.566	149.485	386.499
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.071)	(25.621)	(115.494)	(183.186)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	145.377	23.945	33.991	203.313

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Provisões/reversões	Perda	Saldo final 30.06.2019
Consumidores	5	(684.007)	(105.548)	117.265	(672.290)
Contas a receber - acordos	6	(183.186)	(37.089)	9.365	(210.910)
Outros créditos - Multa rescisão contratual	10	(5.892)	(473)	484	(5.881)
Outros créditos	10	(1.584)	(338)	-	(1.922)
Total		(874.669)	(143.448)	127.114	(891.003)
Circulante		(871.695)			(888.807)
Não circulante		(2.974)			(2.196)
Total		(874.669)			(891.003)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2019
Provisão/Reversão	(143.448)
Receita com recuperação de perdas	790
	(142.658)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

CIRCULANTE

Contribuição social

Imposto de renda

Imposto de renda retido na fonte

Total

Nota	30.06.2019	31.12.2018
	6.124	5.053
8.1	48.079	4.372
	21.219	13.868
	75.422	23.293

Outros tributos compensáveis

CIRCULANTE

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

ICMS - Compra de créditos

COFINS

PIS

INSS

Total

	30.06.2019	31.12.2018
	86.634	92.491
8.2	96.665	18.180
	17.325	14.410
	4.976	4.333
	38	-
	205.638	129.414

NÃO CIRCULANTE

PIS e COFINS a recuperar (ICMS)

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Total**Total**

23	4.942.116	-
	77.893	84.967
	5.020.009	84.967
	5.225.647	214.381

8.1 Dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração do IRPJ

Em junho de 2019, a Companhia mantém em seus registros contábeis, o crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar no valor de R\$ 43.697, sendo R\$ 22.287 de principal na rubrica “imposto de renda” e R\$ 21.410 de atualização pela SELIC na rubrica “receitas financeiras”. O referido crédito é decorrente de decisão judicial favorável transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia em 2011 pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. A Companhia requererá a habilitação do crédito à Receita Federal do Brasil e, após seu deferimento, procederá à compensação com tributos federais.

- 8.2 Saldo acumulado de créditos de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, adquiridos de terceiros, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, utilizado para compensação de ICMS que a Companhia recolheu para a SEFAZ-SP no início de julho de 2019. Por questões negociais, a Companhia efetua o pagamento para o terceiro (fornecedor) após a compensação com o imposto devido.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	1.835.813	1.928.338
Benefício fiscal do ágio incorporado	9.3	219.158	231.333
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		2.054.971	2.159.671

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanço patrimonial		Resultado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	30.06.2018
Tributos diferidos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	259.220	282.077	(22.857)	(5.434)
Provisão para processos judiciais e outros	296.230	282.014	14.216	18.328
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	-	544.198	(544.198)	15.254
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	91.946	85.441	6.505	11.608
Provisão para materiais e serviços	14.737	15.885	(1.148)	(2.770)
Outros resultados abrangentes ajuste avaliação atuarial	24.5	863.696	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	9.2.1	749.082	535.792	94.265
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	206.932	248.318	(41.386)	(41.386)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	63.224	66.737	(3.513)	(3.513)
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	1.513	24.003	(22.490)	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	37.732	35.219	2.513	-
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	1.068	-	1.068	-
Outros	23.436	26.355	(2.919)	(1.579)
Total dos tributos diferidos ativos	2.608.816	2.687.233	(78.417)	84.773
Tributos diferidos passivos:				
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	24.5	(441.914)	19.189	21.489
Atualização do ativo financeiro da concessão		(256.271)	(30.025)	(27.402)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(51.072)	(475)	5.420
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	24.5	(1.651)	-	-
Outros		(22.095)	(1.146)	(493)
Total dos tributos diferidos passivos		(773.003)	(12.457)	(986)
Ativo fiscal diferido, líquido		1.835.813	(90.874)	83.787
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(12.175)	(11.796)
Total receita (despesa) imposto de renda e contribuição social diferidos			(103.049)	71.991

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 9.2.1 Com o trânsito em julgado das homologações dos Acordos com a Eletrobras e com os advogados - nota explicativa nº 21, as condições previstas para início do pagamento dos acordos foram atendidas, consequentemente o montante envolvido passou a ser tratado como “contas a pagar”, incorrendo em aumento do prejuízo fiscal/base negativa, visto que anteriormente a tal homologação, o valor era tratado como provisão.

9.3 Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal gerado pelas incorporações dos ágios das antigas controladoras AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alterada.

A composição do saldo do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

	30.06.2019		31.12.2018
	Ágio	Provisão	Valor líquido
AES Elpa			
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295
Amortização acumulada	(112.080)	73.973	(38.107)
Subtotal	403.490	(266.302)	137.188
Brasileira Participações			
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739
Amortização acumulada	(66.969)	44.200	(22.769)
Subtotal	241.089	(159.119)	81.970
Total do benefício fiscal do ágio incorporado	644.579	(425.421)	219.158

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia como resultado do processo de Reorganização, concluído em dezembro de 2016, foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio na incorporação no montante de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio incorporado no montante de R\$ 280.034. Desse benefício, R\$ 23.000 foram compartilhados com todos os acionistas da Companhia, afetando positivamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 670.897 foram registrados em contrapartida à conta “Reserva especial de ágio”, no patrimônio líquido (nota explicativa nº 24.4). Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado até o final da concessão da Companhia.

Vale ressaltar que a amortização do ágio não impacta o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.06.2019
Saldo inicial	2.159.671
Impacto no resultado do semestre	(103.049)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(1.651)
Saldo final	2.054.971

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2019, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2028.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		82.605	69.439
Cauções e depósitos vinculados	10.1	46.090	1.129
Valores a receber da alienação de bens e direitos		7.892	7.381
Bens e direitos destinados a alienação		10.869	10.869
Multa rescisão contratual		5.699	6.410
Repasse CDE		42.667	62.972
Outros créditos - partes relacionadas	31.1.1	3.780	94
Adiantamentos		15.480	6.836
Ressarcimento - acordos bilaterais		-	3.400
Ressarcimento - acordos bilaterais - partes relacionadas	31.1.1	-	618
Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT		7.650	28.766
Cobrança contratual - empreiteiras		6.290	6.878
Aluguel de poste		19.513	17.534
Outros		15.749	12.977
Subtotal		264.284	235.303
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - Multa rescisão contratual	7	(5.881)	(5.892)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	7	(1.922)	(1.584)
Total		256.481	227.827
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber da alienação de bens e direitos		4.960	6.118
Financiamento à CESP	10.2	-	8.390
Cauções contratuais - venda de imóveis		14.444	14.120
Cobrança contratual - empreiteiras		2.620	4.996
Seguro garantia judicial		10.566	12.344
Outros		1.515	1.340
Total		34.105	47.308

10.1 A Companhia deve disponibilizar em conta bancária específica, um dia útil antes do vencimento, o montante a pagar aos fornecedores de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs. Em 28 de junho de 2019, a Companhia disponibilizou o montante de R\$ 45.039, relacionado às faturas com vencimento em 30 de junho de 2019. A efetivação do pagamento, para esse vencimento, ocorreu no dia 1º julho de 2019. O saldo restante da rubrica se refere a outras cauções e depósitos vinculados.

10.2 Em junho de 2019, a Companhia negociou a antecipação dos valores a receber e a pagar, relacionados ao financiamento CESP, efetuando o encontro de contas com o passivo, e reclassificando o saldo líquido a receber para o curto prazo. A liquidação ocorreu em 15 de julho de 2019.

11. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
Ativo contratual	11.1	488.349	634.918
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.144.323	3.795.279
Intangível			
Ativo intangível da concessão	11.3	4.377.959	4.448.061
Total dos contratos de concessão público - privado		9.010.631	8.878.258

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 29) a uma taxa média de 7,06% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2019 (9,54% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2018), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2018		731.440	(96.522)	634.918
Adições		420.072	(64.321)	355.751
Transferências para intangível da concessão	11.3	(252.874)	17.758	(235.116)
Transferências para o ativo financeiro	11.2	(300.746)	33.542	(267.204)
Saldos em 30 de junho de 2019		597.892	(109.543)	488.349

11.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	30.06.2019
Saldo inicial		3.795.279
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	267.204
Baixas	28	(6.468)
Atualização do ativo financeiro da concessão	26	88.308
Saldo final		4.144.323

11.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.06.2019	31.12.2018
Ativo intangível - custo	7.680.278	7.544.105
Amortização acumulada	(3.302.319)	(3.096.044)
Total do ativo intangível da concessão	4.377.959	4.448.061

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.445.010	(900.905)	7.544.105	(3.096.044)	4.448.061
Adições		3.339	-	3.339	(318.642)	(315.303)
Baixas		(102.823)	-	(102.823)	83.471	(19.352)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	29.112	29.112
Transferências de investimento		541	-	541	(216)	325
Transferências do ativo contratual	11.1	252.874	(17.758)	235.116	-	235.116
Saldos em 30 de junho de 2019		8.598.941	(918.663)	7.680.278	(3.302.319)	4.377.959

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Nota	Ativo e passivos financeiros setoriais	Saldos em 31.12.2018	Diferimentos	Amortização	Recabimento bandeirolas tarifárias	Atualização monetária	Reclassificações	Saldos em 30.06.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
12.1	Composição da Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	1.785.389	559.530	(603.531)	(57.011)	49.627	547	1.733.520	153.950	1.579.570	2.114.381	280.914	(546.221)	(115.554)
	Energia Itaipu - CVA	745.243	259.303	(242.230)	-	20.289	(841.272)	1.513.821	151.821	-	161.917	-	-	(8.076)
	Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PRONFA	3.257	24.918	(3.115)	-	564	-	25.624	44	25.580	25.580	44	-	-
	Transporte de energia para rede básica	89.479	28.353	(40.803)	-	2.300	-	79.419	11.223	68.196	68.197	11.222	-	-
	Transporte de energia elétrica - Itaipu	23.616	9.760	(9.316)	-	677	-	24.759	4.074	20.685	20.684	4.075	-	-
	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	220.078	52.357	(4.105)	-	8.044	-	264.785	(16.569)	303.354	303.461	98.260	(11.637)	(18.695)
12.2	Costos de Aquisição de Energia	1.466.316	301.065	(683.413)	(57.011)	37.351	641.272	1.695.660	(59)	1.695.439	1.695.439	5.796	(534.564)	(37.162)
12.3	Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EEER	(782.735)	(128.052)	381.338	-	(19.686)	547	(525.768)	5.796	(534.564)	-	-	(534.564)	-
	Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(1.170.916)	(70.740)	375.397	-	11.931	(547)	(854.869)	(24.349)	(830.540)	92.178	31.437	(704.023)	(274.481)
	Neutralidade da Parcela A	49.936	(4.936)	(3.405)	-	(479)	-	(4.551)	132	(4.703)	-	-	(4.551)	-
	Sobrecontratação de energia	(316.904)	57.300	70.141	-	(7.269)	-	(196.726)	31.437	(228.165)	-	31.437	(228.165)	(218.543)
12.4	Utilização de demanda e excedente de reativos - UCPTP	123.969	(27.639)	-	-	19.236	-	(28.392)	(28.392)	(291.582)	-	-	(72.849)	(38.434)
12.5	Utilização de demanda e excedente de reativos - SCATP	(431.469)	(37.639)	238.988	-	(6.597)	-	(336.272)	(6.14)	(338.458)	-	-	(338.458)	(6.14)
	Risco hidrológico	(61.658)	61.658	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ressarcimento - Lei 12.111/2009	23.736	22.659	14.009	-	9.629	(547)	75.488	(16.690)	92.178	92.178	-	-	(16.690)
	Total	614.442	487.786	(238.144)	(57.011)	61.558	-	878.631	129.501	749.130	2.206.559	312.351	(1.250.244)	(390.039)
	Ativo (pa salvo) financeiro setorial													

12.1 A redução do diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a diminuição da taxa do dólar, que estava em R\$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018 e fechou em R\$ 3,83 em 30 de junho de 2019. O dólar médio considerado na tarifa do reajuste de 2018 é de R\$ 3,73.

12.2 A Companhia possui contratos de compra de energia registrados em submercados diferentes daquele em que sua energia é vendida (sudeste). Estes contratos são registrados no submercado do vendedor (gerador de energia), expondo os compradores, no caso, as distribuidoras de energia elétrica, à diferença entre o PLD do submercado do vendedor e o PLD do submercado do comprador. Quando o PLD do submercado da distribuidora for superior ao PLD do submercado do gerador, este fato poderá gerar uma exposição negativa, e conforme as regras de comercialização, as distribuidoras rateiam essa exposição proporcionalmente à quantidade de energia contratada que cada uma possui. Entretanto, o rateio da exposição financeira poderá não ser suficiente para cobrir toda a exposição financeira negativa gerada. Diante do exposto, e considerando que a Companhia sofreu uma exposição negativa devido ao PLD no submercado em que atua (Sudeste) ser consideravelmente superior ao PLD no submercado Norte, e que o rateio não foi suficiente para cobrir sua exposição financeira negativa, a Companhia registrou um diferimento ativo com compra de energia no total de R\$ 331.776. O efeito negativo da referida exposição financeira foi de R\$ 153.558 na venda de energia de curto prazo, e R\$ 178.218 na compra de energia de curto prazo durante o primeiro semestre de 2019, e representa o montante que deve ser compensado à Companhia por essas diferenças de preços.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 12.3 O aumento do diferimento passivo está relacionado ao menor custo de ESS devido à redução do PLD e à maior geração eólica no período.
- 12.4 O valor de R\$ 291.392 representa o montante total homologado pela ANEEL apurado no último ciclo tarifário (4CRTP) referente ao período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2019. O referido valor será subtraído da parcela B, e será devolvido/amortizado pela Companhia nos próximos 4 anos, sendo o valor devolvido para o ciclo 2019/2020 de R\$ 72.849, registrados no passivo circulante.
- 12.5 Refere-se antecipação de componente financeiro de risco hidrológico associado às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e que firmaram Termo de Repactuação de Risco em conformidade com a Lei nº 13.203/2015. A antecipação do ciclo 2018/2019 está 100% diferida em junho de 2019 e será amortizada de julho de 2019 a junho de 2020. Quanto a antecipação prevista na revisão tarifária de 2019, a mesma será diferida mensalmente no ciclo 2019/2020 a partir de julho de 2019.

13. Fornecedores

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Itaipu		417.957	472.676
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		100.154	78.775
Suprimento de energia elétrica		525.144	484.409
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	31.1.1	4.289	2.303
Energia livre		115.325	112.681
Encargos de uso de rede elétrica		174.425	159.399
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	31.1.1	1.605	1.587
Total energia		1.338.899	1.311.830
Materiais e serviços		325.147	313.592
Materiais e serviços - partes relacionadas	31.1.1	5.750	-
Total Fornecedores		1.669.796	1.625.422

14. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	15.180	16.697
COFINS	69.923	76.909
INSS	8.401	11.001
IRRF	557	805
Outros	5.998	8.116
Subtotal - Federais	100.059	113.528
Tributos Estaduais		
ICMS	382.499	382.130
Subtotal - Estaduais	382.499	382.130
Tributos Municipais		
ISS	1.167	1.845
Subtotal - Municipais	1.167	1.845
Total - Outros tributos a pagar	483.725	497.503

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No semestre

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

findo em 30 de junho de 2019, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 8.409.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

15.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

			30.06.2019								Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante				
Nota	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (i)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional											
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP 1 - c.3 FINEP 2 (i) - c.3 Mútuo - Parte relacionada - c.1 Nota Promissória - 5ª emissão - a.1	2020	4,00	7	4.065	-	4.072	-	-	-	4.072	
	2024	TJLP+5,00	143	10.967	-	11.110	49.292	-	49.292	60.402	
	2019	6,80	17.191	420.000	-	437.191	-	-	-	437.191	
	2019	109,24% do CDI	9.824	500.000	(301)	509.523	-	-	-	509.523	
Total - Empréstimos e financiamentos			27.165	935.032	(301)	961.896	49.292	-	49.292	1.011.188	
Debêntures:											
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2 Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2 Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - a.2 Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - a.2	2021	111,02% do CDI	14.021	-	-	14.021	704.052	(3.073)	700.979	715.000	
	2023	112,85% do CDI	28.514	-	-	28.514	1.395.948	(6.828)	1.389.120	1.417.634	
	2025	100% do CDI+1,16	-	-	-	-	700.000	(11.395)	688.605	688.605	
	2026	100% do IPCA+5,05%	-	-	-	-	800.000	(20.976)	779.024	779.024	
Total - Debêntures			42.535	-	-	42.535	3.600.000	(42.272)	3.557.728	3.600.263	
Total da dívida			69.700	935.032	(301)	1.004.431	3.649.292	(42.272)	3.607.020	4.611.451	
			31.12.2018								Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante				
Nota	Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (i)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional											
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP 1 - c.3 FINEP 2 (i) - c.3 Mútuo - Parte relacionada - c.1	2020	4,00	12	5.893	-	5.905	1.012	-	1.012	6.917	
	2024	TJLP+5,00	169	10.705	-	10.874	54.705	-	54.705	65.579	
	2019	6,80	873	420.000	-	420.873	-	-	-	420.873	
	Total - Empréstimos e financiamentos			1.054	436.598	-	437.652	55.717	-	55.717	493.369
Debêntures:											
Debêntures - 14ª emissão - b.2 Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2 Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2 Debêntures - 23ª Emissão (3ª série) - b.1	2021	CDI+2,62	3.640	180.000	(5.217)	178.423	360.000	(5.327)	354.673	533.096	
	2021	111,02% do CDI	13.826	-	-	13.826	704.052	(3.677)	700.375	714.201	
	2023	112,85% do CDI	28.117	-	-	28.117	1.395.948	(7.554)	1.388.394	1.416.511	
	2025	CDI+1,73	19.587	-	-	19.587	900.000	(10.432)	889.568	909.155	
Total - Debêntures			65.170	180.000	(5.217)	239.953	3.360.000	(26.990)	3.333.010	3.572.963	
Arrendamento financeiro			-	31.254	-	31.254	47.602	-	47.602	78.856	
Total - Arrendamento financeiro			-	31.254	-	31.254	47.602	-	47.602	78.856	
Total da dívida			66.224	647.852	(5.217)	708.859	3.463.319	(26.990)	3.436.329	4.145.188	

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Companhia possui operação de conta garantida, com as seguintes características:

Banco	Valor	Vigência	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
ABC	R\$ 100.000	Novembro de 2018 até novembro de 2019	CDI + 0,14% a.m.	0,058% a.m. sobre o saldo não utilizado

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 87.788, com taxas contratuais que variam de 0,75% a 1,20% a.a..

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:**a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2019:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	5ª Nota Promissória	R\$ 500.000	Março de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 500.000	Setembro de 2019	Reforço de capital de giro
a.2	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	Junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestrais	R\$ 350.000 R\$ 350.000	Maio de 2024 Maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	Junho de 2019	PCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	Maio de 2026	

(a.1) Em 11 de março de 2019 foi emitida a 5ª Nota Promissória – 5ª NP, em série única, no valor total de R\$ 500.000, com prazo de vencimento de seis meses contado da data de emissão, taxa contratual de 104% do CDI e sem garantia. Os recursos líquidos foram destinados para reforço de capital de giro. Os custos de emissão da 5ª NP, totalizaram R\$ 758, sendo que foi diferido 100% desse montante, e está sendo amortizado pela taxa efetiva.

(a.2) Em 28 de junho de 2019 ocorreu a 24ª emissão de debêntures, e efetuado o pré-pagamento da 14ª e 23ª – 3ª série. Os custos de emissão da 24ª debênture totalizaram R\$ 18.669. Como um dos credores da nova dívida é o Banco Bradesco, a Companhia avaliou que parte do saldo a amortizar dos custos de emissão das dívidas pré-pagas com esse mesmo banco foi uma mudança não substancial e, por este motivo, uma parcela dos custos não amortizados foram incorporados aos custos de emissão da 24ª Debênture. Dessa forma, foram transferidos aos custos de emissão da nova dívida o montante de R\$ 13.702, o qual será amortizado pela nova taxa efetiva. Diante do exposto, o total de custos a amortizar da 24ª debênture é de R\$ 32.371.

Foi contratado uma operação com derivativo (*swap*), para troca de indexação de IPCA para CDI. A dívida não está sendo demonstrada líquida de seu derivativo.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2019:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	23ª Emissão (3ª Série)	R\$ 900.000	Setembro de 2018	CDI + 1,45%	Semestrais	R\$ 300.000 R\$ 300.000 R\$ 300.000	Junho de 2019	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
b.2	14ª Emissão	R\$ 600.000	Dezembro de 2018	CDI + 1,50%	Semestrais	R\$ 180.000 R\$ 180.000 R\$ 180.000	Junho de 2019	Recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 30 de junho de 2019:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	Mltuo	R\$ 420.000	Dezembro de 2018	6,8%	Única	R\$ 420.000	Dezembro de 2019	Reforço de capital de giro
c.2	23ª Emissão (1ª Série)	R\$ 704.052	Setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	Setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento das dívidas descritas no item (a.2).
	23ª Emissão (2ª Série)	R\$ 1.395.948	Setembro de 2018	111% do CDI	Semestrais	R\$ 697.974 R\$ 697.974	Setembro de 2022 Setembro de 2023	
c.3	FINEP 1	R\$ 37.096	Março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de	Fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação Financiamento de desenvolvimento de projetos Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP 2	R\$ 55.301	Agosto de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril	Abril de 2024	
	FINEP 2 (3ª liberação)	R\$ 41.448	Novembro de 2017	TJLP + 5%	Mensal	Mensal	Abril de 2024	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	3.278.403	72,18	3.507.793	86,00
TJLP	60.259	1,33	65.410	1,60
Taxa fixa	424.065	9,34	505.761	12,40
IPCA	779.024	17,15	-	-
Total	4.541.751	100,00	4.078.964	100,00

15.4 Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2020	5.753	-	(10.996)	(5.243)
2021	12.071	704.052	(7.572)	708.551
2022	12.871	697.974	(6.848)	703.997
2023	13.781	697.974	(6.186)	705.569
2024	4.816	350.000	(5.100)	349.716
2025 em diante	-	1.150.000	(5.570)	1.144.430
	49.292	3.600.000	(42.272)	3.607.020

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.06.2019	31.12.2018
	%	%
CDI (*)	6,40	6,40
SELIC (*)	6,40	6,40
TJLP (*)	6,26	6,98
IPCA (*)	2,23	3,75

(*) Índice do último dia do semestre.

15.6 As movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento de custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 30.06.2019
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP - b.4	72.496	-	1.935	229	(10.354)	(1.967)	-	-	2.135	64.474
Notas promissórias - 5ª emissão - a.1	-	500.000	9.823	-	-	-	(758)	458	-	509.523
Mútuo - b.1	420.873	-	16.318	-	-	-	-	-	-	437.191
Outros	-	-	1.420	-	-	-	(1.420)	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	493.369	500.000	29.496	229	(10.354)	(3.367)	(758)	458	2.135	1.011.188
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão - b.3	533.096	-	20.658	-	(540.000)	(24.299)	-	4.260	6.285	-
Debêntures - 23ª emissão - b.2	3.039.867	-	105.364	-	(900.000)	(124.358)	-	4.344	7.417	2.132.634
Debêntures - 24ª emissão - b.5	-	1.500.000	-	-	-	-	(18.669)	-	(13.702)	1.467.629
Total - Debêntures	3.572.963	1.500.000	126.022	-	(1.440.000)	(148.657)	(18.669)	8.604	-	3.600.263
Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total - Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total da dívida	4.145.188	2.000.000	155.518	229	(1.450.354)	(152.044)	(19.427)	9.062	(76.721)	4.611.451

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.7 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

No semestre findo em 30 de junho de 2019, não há diferença entre a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da nota explicativa nº 15.6 (ingressos, pagamentos de principal e diferimento de custos de transação) e a atividade de financiamento do fluxo de caixa.

15.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”, (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima, (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa e (viii) baixas de títulos incobráveis. Em relação a 5ª Nota Promissória e 24ª Debênture, o LAJIDA (*EBITDA*) também é ajustado pela perda na desativação de bens e direitos.

Dessa forma, em 30 de junho de 2019, esses índices eram de:

- (i) Capacidade de endividamento 23ª Debênture: Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = **2,83** vezes;
- (ii) Capacidade de endividamento 5ª Nota Promissória e 24ª Debênture: Dívida líquida/ LAJIDA (*EBITDA*) ajustado = **2,74** vezes;

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de junho de 2019, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. Adicionalmente, a Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 30 de junho de 2019 foram atendidas.

16. Obrigações por arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.1.1, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - operações de arrendamento mercantil retrospectivamente, com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019. Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros. A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. Os contratos

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

com prazo do contrato inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (R1)/IAS 17, foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 da seguinte forma: de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.3.

Os saldos de arrendamento financeiro em 30 de junho de 2019 são de R\$ 176.791 no ativo e R\$ 201.178 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

16.1 Em 30 de junho de 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Prazo médio contratual remanescente (anos)	Tipo de taxa	Taxa efetiva a.a (%)	Circulante	Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
Arrendamento financeiro:						
CPC 06 / IAS 17:						
Imóveis	4,4	Fixa	13,39	1.885	4.816	6.701
Ativos de tecnologia	3,0	Fixa	30,85	3.389	1.587	4.976
Veículos e outros meios de transporte	5,1	Fixa	21,86	28.369	32.651	61.020
CPC 06 (R2) / IFRS 16:						
Terrenos	4,4	Fixa	10,78	1.202	4.916	6.118
Imóveis	3,4	Fixa	10,37	15.845	77.278	93.123
Veículos e outros meios de transporte	0,9	Fixa	8,97	193	-	193
Ativos de tecnologia	1,5	Fixa	8,95	18.018	11.029	29.047
Total - Obrigação por arrendamento financeiro				68.901	132.277	201.178

16.2 Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	CPC 06 / IAS 17		CPC 06 (R2) / IFRS 16		TOTAL		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
2019	28.107	(5.728)	25.196	(5.687)	53.303	(11.415)	41.888
2020	33.980	(8.964)	41.055	(9.246)	75.035	(18.210)	56.825
2021	16.363	(5.883)	23.682	(6.842)	40.045	(12.725)	27.320
2022	9.705	(4.212)	19.018	(5.411)	28.723	(9.623)	19.100
2023	6.378	(3.183)	16.573	(4.102)	22.951	(7.285)	15.666
2024 em diante	9.856	(3.722)	39.935	(5.690)	49.791	(9.412)	40.379
	104.389	(31.692)	165.459	(36.978)	269.848	(68.670)	201.178

16.3. Movimentações dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e obrigações por arrendamento:

	Saldo inicial 31.12.2018	Adoção inicial	Ingressos	Ajustes de remensuração	Baixas	Amortizações	Saldo final 30.06.2019
Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado):							
CPC 06 / IAS 17:							
Imóveis	5.519	-	-	-	-	(571)	4.948
Ativos de tecnologia	4.648	-	-	-	-	(1.178)	3.470
Veículos e outros meios de transporte	56.162	-	-	-	(42)	(10.046)	46.074
CPC 06 (R2) / IFRS 16:							
Terrenos	-	6.586	-	74	-	(676)	5.984
Imóveis	-	80.089	8.033	9.188	(296)	(7.884)	89.130
Veículos e outros meios de transporte	-	294	-	-	-	(104)	190
Ativos de tecnologia	-	40.942	-	(5.699)	-	(8.248)	26.995
Outros ativos	-	73	-	-	(63)	(10)	-
Total - Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado)	66.329	127.984	8.033	3.563	(401)	(28.717)	176.791

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo inicial 31.12.2018	Saldos reclassificados em 01.01.2019	Adoção inicial	Ingressos	Ajustes de remensuração	Baixas	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 30.06.2019
Passivo de arrendamento:										
CPC 06 / IAS 17:										
Imóveis	-	7.265	-	-	-	-	444	(564)	(444)	6.701
Ativos de tecnologia	-	5.452	-	-	-	-	551	(708)	(319)	4.976
Veículos e outros meios de transporte	-	66.139	-	-	-	(52)	5.761	(6.969)	(3.859)	61.020
CPC 06 (R2) / IFRS 16:										
Terrenos	-	-	6.586	-	74	-	313	(561)	(294)	6.118
Imóveis	-	-	80.089	8.033	9.188	(326)	4.417	(4.888)	(3.390)	93.123
Veículos e outros meios de transporte	-	-	294	-	-	-	10	(101)	(10)	193
Ativos de tecnologia	-	-	40.942	-	(5.699)	-	1.483	(6.414)	(1.265)	29.047
Outros ativos	-	-	73	-	-	(63)	3	(11)	(2)	-
Total - Passivo de arrendamento	-	78.856	127.984	8.033	3.563	(441)	12.982	(20.216)	(9.583)	201.178

Os montantes relativos à ajustes de remensuração são provenientes de (i) alterações nos valores que se espera que sejam pagos, de acordo com suas bases contratuais, e; (ii) alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato.

17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.06.2019	31.12.2018
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	3.735.707	3.799.825
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	110.977	106.841
Total obrigações com benefícios pós-emprego	3.846.684	3.906.666
Circulante	11.387	11.160
Não circulante	3.835.297	3.895.506
Total	3.846.684	3.906.666

17.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. Os detalhes do plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão podem ser verificados na nota explicativa nº 16.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já são participantes continuam com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC) abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Movimentação contábil do passivo registrado:

	Nota	30.06.2019
Saldo inicial		3.799.825
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		11.017
Juros líquidos do plano de pensão conforme laudo atuarial		157.548
Pagamento de contribuições	(a.1)	(232.683)
Saldo no final		3.735.707

(a.1) Em 17 de abril de 2019, a Companhia negociou a alteração da periodicidade do fluxo de pagamentos de mensal para trimestral, sendo o pagamento do 1º trimestre de 2019 realizado em 12 de abril de 2019. O valor de R\$ 232.683 refere-se ao pagamento do último trimestre do exercício de 2018 e do 1º trimestre de 2019. O pagamento do 2º trimestre de 2019 foi efetuado em julho de 2019.

(b) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	Nota	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		5.508	11.017	4.509	9.018
Capitalização para infraestrutura em construção		(450)	(559)	(481)	(978)
Outras contribuições - Contribuição definida		2.210	2.465	1.035	2.145
Despesa com entidade de previdência privada		7.268	12.923	5.063	10.185
Custo dos juros do plano de pensão		269.016	538.032	283.146	566.292
Rendimento esperado dos ativos do plano		(190.242)	(380.484)	(195.660)	(391.320)
Total dos juros (líquidos) do plano de pensão conforme laudo atuarial	29	78.774	157.548	87.486	174.972
Total das despesas		86.042	170.471	92.549	185.157

(c) Contratos com a FUNCESP

Previdência Privada	30.06.2019	31.12.2018
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa	428.704	428.344
Confissão de dívida IIb	222.525	222.338
Contrato de ajustes de reserva matemática	2.698.025	2.677.199
Total dos contratos	3.349.254	3.327.881
Diferença entre premissas	386.453	471.944
Total registrado	3.735.707	3.799.825

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1(l) das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Em junho de 2019, a Companhia renegociou aditivos nas condições dos contratos de confissão de dívida e reserva matemática da seguinte forma:

- (i) Vencimento de ambos contratos de abril de 2028 para abril de 2031;
- (ii) Periodicidade de pagamento de juros e principal de mensal para trimestral até março de 2021 e após esse período a periodicidade dos pagamentos retorna a ser mensal;
- (iii) Encargo adicional de 1,1% a.a. em decorrência do alongamento do prazo e do fluxo de pagamento. Dessa forma, os pagamentos relativos ao contrato de reserva matemática incluem juros anuais de IGP-DI, acrescidos da taxa de juros adotada utilizada na reavaliação atuarial do encerramento do exercício anterior e o encargo adicional de 1,1% a.a. Com relação ao contrato de confissão de dívida, os pagamentos incluem juros anuais de IGP-DI, acrescidos da taxa de juros adotada utilizada na reavaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, e o encargo adicional de 1,1% a.a., ou ajuste mensal das parcelas por TR +8,0% a.a. e o encargo adicional de 1,1% a.a. prevalecendo o maior entre os dois indexadores.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesses aditivos.

17.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2020), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

A movimentação foi como segue:

	Nota	30.06.2019
Saldo inicial		106.841
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		3.577
Custo dos juros correntes conforme laudo atuarial	29	4.526
Pagamentos		(3.967)
Saldo final		110.977

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
<u>CIRCULANTE</u>			
Encargos sobre folha de pagamento		4.905	7.687
Folha de pagamento - Outros		14	37
Férias		40.187	43.348
Provisão - 13º salário		13.536	-
Programa de saída voluntária / Incentivo à aposentadoria		4.449	70.596
Participação nos lucros e resultados		48.476	50.448
Encargos sociais sobre férias e gratificações		19.974	15.845
Bônus de curto prazo		918	1.996
Bônus diferido - Incentivo de longo prazo		359	401
Total		132.818	190.358
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Bônus diferido - Incentivo de longo prazo		-	401
Total		-	401

19. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1 Provisões

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Processos trabalhistas (a)	350.938	349.117	187.794	194.294
Processos cíveis (b):				
Autos de infração - Fundação Procon	45.865	43.137	-	-
Multas de trânsito	48.500	43.994	-	-
Multas posturais	38.662	38.395	-	-
Outros processos cíveis (b.1)	129.497	115.996	5.638	2.274
Processos regulatórios (c)	103.028	95.419	-	-
Processos fiscais				
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	119.564	107.597	127.053	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	69.297	68.227	-	-
Outros processos fiscais	5.395	6.971	1.064	2.179
Processos ambientais	5.814	5.810	-	-
Acordo Eletrobras (d)	-	1.600.581	-	-
Outros processos	10.639	10.701	-	-
Total	927.199	2.485.945	321.549	313.637
Circulante	232.851	520.852		
Não circulante	694.348	1.965.093		
Total	927.199	2.485.945		

O total de cauções e depósitos vinculados, em 30 de junho de 2019, no montante de R\$ 792.782 (R\$ 539.358 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2019	31.12.2018
Processos prováveis	321.549	313.637
Processos possíveis	425.330	173.632
Processos remotos	45.903	52.089
Total	792.782	539.358

Os depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível e perda remota, são compostos em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos. A variação de cauções e depósitos vinculados de processos possíveis está relacionada à decisão de junho de 2019, que determinou a substituição da garantia (fiança bancária) por depósito judicial no valor de R\$ 240.228, referente ao processo fiscal – PIS – Estatuto da decadência – vide nota explicativa nº 19.2 (c.1).

A Companhia classifica os saldos de cauções e depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações das provisões dos processos judiciais e outros são como segue:

	Passivo						Saldo final 30.06.2019
	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	
Processos trabalhistas	349.117	60.294	10.242	(33.918)	(36.065)	1.268	350.938
Processos cíveis:							
Autos de infração - Fundação Procon	43.137	-	2.728	-	-	-	45.865
Multas de trânsito	43.994	-	4.506	-	-	-	48.500
Multas posturais	38.395	-	1.049	-	(782)	-	38.662
Outros processos cíveis	115.996	52.111	4.394	(17.634)	(25.370)	-	129.497
Processos regulatórios	95.419	-	7.609	-	-	-	103.028
Processos fiscais:							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	107.597	9.236	2.890	-	(159)	-	119.564
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	68.227	-	1.070	-	-	-	69.297
Outros processos fiscais	6.971	50	165	(266)	(257)	(1.268)	5.395
Processos ambientais	5.810	757	159	(912)	-	-	5.814
Acordo Eletrobras	1.600.581	-	38.644	-	-	(1.639.225)	-
Outros processos	10.701	-	-	-	(62)	-	10.639
Total	2.485.945	122.448	73.456	(52.730)	(62.695)	(1.639.225)	927.199

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

- a) **Processos trabalhistas:** A Companhia está envolvida em 4.255 processos, sendo 3.757 processos demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 478 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum (4.320 processos, sendo 3.801 de natureza trabalhista demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 550 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum em 31 de dezembro de 2018) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 886 processos (876 em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2019 e 2025.
- b) **Processos cíveis:**
- b.1) **Outros processos cíveis:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 30 de junho de 2019, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 129.497 (R\$ 115.996 em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2021.

Os referidos processos judiciais cíveis envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

- c) **Processos regulatórios:** A Companhia possui 4 autos de infração emitidos em virtude de supostas não conformidades em relação à apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, sendo 2 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL (AIs nº 063/2017 e nº 064/2017), e 2 judicializados (AIs nº 014/2015 e 001/2016). As movimentações ocorridas para o semestre findo em 30 de junho de 2019 estão demonstradas a seguir:
- c.1) **Processos regulatórios em fase judicial:**

AI nº 014/2015 - Penalidade de multa referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2014. Em 14 de fevereiro de 2019 foi proferida decisão acolhendo os Embargos Declaratórios opostos pela Companhia, a fim de suspender a exigibilidade das determinações acessórias do Auto de Infração. Em 27 de fevereiro de 2019 a Aneel interpôs Agravo de Instrumento

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contra a decisão que estendeu a liminar. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. Dessa forma, o saldo provisionado em 30 de junho 2019, perfaz o total de R\$ 3.519 sendo que R\$ 30.369 estão classificados como probabilidade de perda possível. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que esse processo será concluído até 2023.

AI nº 001/2016 - Referente aos indicadores de continuidade individuais e coletivos do ano de 2013. Em 26 de fevereiro de 2019 foi reconhecido que a suspensão da exigibilidade da multa afeta todos os efeitos dela decorrentes, inclusive as determinações. Em 12 de março de 2019 a ANEEL opôs Embargos de Declaração questionando novamente a insuficiência da garantia apresentada, contra o qual a Companhia apresentou sua impugnação em 02 de abril de 2019. O processo tramita em primeira instância ainda sem decisão de mérito. O saldo provisionado em 30 de junho 2019 é de R\$ 17.143, sendo que R\$ 49.212 estão classificados como probabilidade de perda possível. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

- d) Acordo Eletrobras: Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais.

Com base nos termos do Acordo, a Companhia comprometeu-se a desembolsar o valor de R\$ 1.500.000, da seguinte forma: R\$ 1.400.000 em favor da Eletrobras e R\$ 100.000 em favor dos advogados indicados pela Eletrobras, relativamente a honorários de sucumbência.

Ajustou-se que o valor a ser pago à Eletrobras será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de R\$ 250.000 a ser realizado após trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R\$ 300.000, sendo que a primeira deverá ocorrer 12 meses após o pagamento da primeira parcela descrita anteriormente;
- Pagamento da última parcela de R\$ 250.000, 48 meses após o pagamento da primeira parcela.

O valor a ser pago aos advogados será quitado da seguinte forma:

- Pagamento de 50% após o trânsito em julgado da homologação judicial dos Acordos com Eletrobras e com os advogados, o que ocorrer por último; e
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses após o pagamento da primeira parcela.

Após decisões de primeira instância que homologaram parcialmente os acordos, em 12 de fevereiro de 2019, foi realizado o julgamento de recursos pelo Tribunal de Justiça – RJ, que decidiu pela (i) homologação integral dos acordos; (ii) manutenção da exclusão da CTEEP do processo, remetendo à via autônoma a discussão entre Companhia e CTEEP relativa à responsabilidade pela dívida originária (direito de regresso); e (iii) condenação da Eletrobras ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados da CTEEP, fixados em 1% sobre o valor do acordo.

Em 20 de março de 2019 foram apresentados embargos de declaração pela Eletrobras contra a condenação em honorários de sucumbência e pela CTEEP requerendo sua majoração.

Em 25 de abril de 2019 foi certificado o trânsito em julgado do acordo entre Eletrobras e a Companhia.

Os embargos de declaração da CTEEP e da Eletrobras foram rejeitados em 21 de maio de 2019, tendo ambas apresentado recurso especial pendente de julgamento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado do acordo com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos, razão pela qual a Companhia reclassificou os valores envolvidos de “provisões judiciais e outros” para “Contas a pagar – Acordo Eletrobras” – nota explicativa nº21 e realizou o pagamento da 1ª parcela do acordo da seguinte forma:

- (i) R\$ 274.477 para a Eletrobras referente ao acordo firmado;
- (ii) R\$ 55.086 para os advogados que assinaram o acordo original;
- (iii) R\$ 8.347 antecipados da segunda parcela, referentes aos novos advogados que na forma do acordo, comprovadamente atuaram no processo, aderiram ao acordo e deram quitação.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2019	31.12.2018
Processos cíveis (a)	435.207	354.032
Processos regulatórios (b)	1.337.156	1.316.868
Processos fiscais (c)	2.473.663	2.347.996
Processos trabalhistas (d)	1.031.632	1.019.172
Total	5.277.658	5.038.068

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 18.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(a) Processos cíveis:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos cíveis, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2019	31.12.2018
(a) Processos cíveis:		
(a.1) Ações Anulatórias – multas de trânsito	17.786	15.238
(a.2) Autos de Infração – Fundação Procon – SP	45.388	40.361
(a.3) Multas posturais	145.317	86.428
Outros processos cíveis	226.716	212.005
	435.207	354.032
(a.4) Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado

(a.1) Ações anulatórias – multas de trânsito:

A Companhia possui 10 ações judiciais (7 ações judiciais em 31 de dezembro de 2018) contestando a aplicabilidade de multas de trânsito. No semestre findo em 30 de junho de 2019, ocorreu o ingresso de 3 novas ações, às quais possuem o valor total envolvido atualizado até 30 de junho de 2019 de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$1.634. As 10 ações judiciais em curso possuem valor total envolvido atualizado até 30 de junho de 2019 de R\$17.786 (R\$15.238 em 30 de dezembro de 2018).

(a.2) Autos de infração – Fundação PROCON – SP:

A Companhia possui 8 autos de infração lavrados pelo Procon/SP (7 autos de infração em 31 de dezembro de 2018) em decorrência de supostas não conformidades na operação da Companhia em relação aos direitos de seus consumidores, sendo que em 30 de junho de 2019, ocorreram as seguintes movimentações:

- Em 08 de maio de 2019 foi proferida decisão favorável no processo referente às interrupções de energia ocorridas nos anos 2011, 2012 e 2013, cujo valor envolvido atualizado até 30 de junho de 2019 é de R\$10.259. Aguarda-se eventual recurso do PROCON. Dado o atual andamento do processo, o prognóstico desse auto de infração permanece como possível.

- Em 07 de junho de 2019, a Companhia recebeu 1 auto de infração envolvendo questões de faturamento e cobrança ocorridas entre 2013 e 2018 no valor de R\$ 5.020. Em 24 de junho de 2019 foi apresentado recurso administrativo contra referida autuação. Aguardando-se correspondente decisão administrativa.

A Companhia segue contestando os 8 autos sendo: (i) 5 autos administrativos que estão aguardando julgamento dos recursos administrativos interpostos pela Companhia cujo valor total envolvido atualizado até 30 de junho de 2019, é de R\$ 24.187 (R\$ 22.885 em 31 de dezembro de 2018) e (ii) 3 autos judicializados que a Companhia segue contestando em 1ª e 2ª instâncias cujo valor total envolvido atualizado até 30 de junho de 2019 é de R\$ 21.201 (R\$ 17.476 em 31 de dezembro de 2018).

(a.3) Multas posturais:

Trata-se de execuções que exigem débitos de multas por supostas irregularidades relacionados à diversas atividades de operação da Concessionária realizadas nos Municípios envolvidos. Em uma dessas execuções, em 27 de março de 2019 houve provimento do recurso interposto pelo Município de Jandira perante o Tribunal de Justiça de São Paulo para julgar improcedentes os embargos à execução fiscal interpostos pela Companhia, alterando o prognóstico de perda de remoto para possível, no valor de R\$ 17.453 em 30 de junho de 2019.

(a.4) Enquadramento de Consumidores - Ação civil pública:

O Ministério Público Federal e a PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeira instância, bem como pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em outubro de 2008, a demanda foi julgada improcedente. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais foram julgados improcedentes em 25 de fevereiro de 2019, mantendo os termos da decisão de 1ª instância. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.5) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias:

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e, por fim, (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia. Em 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros. Em segunda instância foi negado provimento ao recurso da Companhia e dado provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia. A Companhia interpôs contra a decisão recurso especial, admitido para julgamento pelo STJ, e extraordinário, o qual foi inadmitido, mas a Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão. Aguarda-se o julgamento dos recursos em Brasília. O processo encontra-se em fase de execução provisória tendo, em 4 de outubro de 2018, o TRF3 acolhido recurso do MPF e determinado que Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. Em 23 de outubro de 2018, a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, o qual foi rejeitado em 07 de junho de 2019. Em 12 de julho de 2019, a Companhia apresentou recursos especial e extraordinário contra a decisão. Considerando a ausência de efeito suspensivo o MPF poderá exigir a apresentação de todos os TCDs envolvidos na demanda. Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos regulatórios:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos regulatórios, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2019	31.12.2018
(b) Processos regulatórios:		
Devolução tarifária - Base Blindada	863.823	847.243
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	180.699	178.165
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	88.151	88.406
(b.1) Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	89.654	88.434
Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68.401	64.347
Outros processos regulatórios	46.428	50.273
	1.337.156	1.316.868

(b.1) AI nº 008/2012:

Ação Anulatória ajuizada pela Companhia contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Foi deferido o pedido de tutela antecipada para suspender a exigibilidade da multa. Em 29 de maio de 2019 foi proferida decisão desfavorável, sob o fundamento de que há presunção de legitimidade dos atos praticados pela ANEEL, que somente poderia ser desconstituído com base em provas novas e robustas. Em 05 de junho de 2019 a Companhia apresentou embargos de declaração alegando omissão da sentença, que desconsiderou o pedido da Companhia de produção de prova pericial contábil com vistas a comprovar a ausência de descumprimento das normas regulamentares contábeis que a ANEEL alega violadas. Com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessa autuação corresponde a R\$ 89.654, atualizado até 30 de junho de 2019 (R\$ 88.434 em 31 de dezembro de 2018), a probabilidade de perda permanece possível.

(c) Processos fiscais:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos fiscais, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Valor estimado da contingência	
		30.06.2019	31.12.2018
(c)	Processos fiscais:		
	CSLL – base negativa	150.116	148.283
	Execuções fiscais municipais – diversas	89.275	85.727
(c.1)	PIS – Estatuto da decadência	240.228	238.461
	COFINS – anistia	160.342	159.289
(c.2)	COFINS – Multa de Ofício	58.988	58.988
	Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	158.671	151.507
(c.3)	Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	169.819	167.979
	PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	647.111	640.727
	FINSOCIAL	220.195	216.913
	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	154.420	151.813
	Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	110.792	107.936
	Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	125.477	118.617
	Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	44.040	42.749
(c.4)	Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	79.302	-
	Outros processos fiscais	64.887	59.007
		2.473.663	2.347.996

(c.1) PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Quanto ao mérito da discussão, foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia em 1ª e 2ª instâncias. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela Companhia perante o STJ e o STF. Em junho de 2019, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região deu provimento ao recurso interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional para determinar a substituição da garantia (fiança bancária) por depósito judicial. Em cumprimento, a Companhia efetuou o depósito do valor envolvido atualizado e, adicionalmente, interpôs recurso (embargos de declaração) contra a decisão do Tribunal que, atualmente, aguarda julgamento. Quanto ao prognóstico de perda do caso, a Companhia, juntamente com seus assessores legais, classifica-o como possível, considerando os fundamentos a seu favor e que amparam os recursos que aguardam julgamento. Sustenta-se que (i) para que o crédito tributário tenha exequibilidade, é imprescindível o lançamento, que não foi realizado pelo Fisco, (ii) apenas os tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) no campo “saldo a pagar”, com valores discriminados, são passíveis de inscrição direta em dívida ativa e (iii) nos termos da legislação aplicável, créditos tributários com exigibilidade suspensa devem ser necessariamente constituídos, sob pena de decadência, tal como a ocorrida neste caso.

(c.2) COFINS – Multa de ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo à COFINS do período de abril de 1992 a março de 1993, acrescida de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP nº 2158/1999 e não no prazo original do pagamento do tributo. Na esfera administrativa, a exigência fiscal foi reduzida a somente multa de ofício e de 75%. Em fevereiro de 2017, a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Em junho de 2018, a Companhia opôs embargos à execução que, em abril de 2019, foram julgados improcedentes em 1ª instância. Contra esta decisão, a Companhia interpôs recurso de apelação. Atualmente, o referido recurso aguarda julgamento em 2ª instância. A exposição da Companhia refere-se à multa de ofício, que no caso não sofre atualização.

(c.3) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão

Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativo aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9532/97. A Companhia sustenta em sua defesa que despesas relativas a funcionários inativos não devem ser inseridas no cálculo deste limite, bem como que, considerado

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apenas o montante das despesas com empregados ativos, o referido percentual de 20% é respeitado. Apesar de ter julgado favoravelmente à Companhia em processo anterior e idêntico em que se discutiu o período de 1998 a 2000, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 2017, por voto de qualidade, manteve a exigência do presente caso. Para prosseguir a discussão, a Companhia propôs ação judicial em outubro de 2017. Em novembro de 2017, foi concedida a medida liminar pleiteada para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

(c.4) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos

Trata-se de 2 autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e de COFINS por suposto recolhimento a menor nos anos de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. A Companhia contesta as referidas autuações em processos administrativos que se encontram em diferentes estágios. Quanto à segunda autuação, recebida em 22 de janeiro de 2019, a Companhia apresentou defesa contra ela que aguarda julgamento em 1ª instância administrativa. O valor total envolvido em 30 de junho de 2019 é de R\$ 79.302 (R\$18.840 em 31 de dezembro de 2018).

(d) Processos trabalhistas:

Na tabela a seguir estão apresentadas as contingências passivas relacionadas aos processos trabalhistas, com destaque para os casos com valores superiores a R\$ 30.000 e relevância do tema.

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2019	31.12.2018
(d) Processos trabalhistas:		
(d.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	114.632	109.611
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	94.462	93.458
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	52.803	52.430
Contribuição Previdenciária – SAT	43.649	42.816
Outros processos trabalhistas	726.086	720.857
	1.031.632	1.019.172

(d.1) Ação civil pública - Terceirização

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos). A Companhia foi citada no dia 17 de janeiro de 2017, tendo se manifestado contra pedido liminar em 26 de janeiro de 2017. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia verificou que foi negado o pedido liminar realizado pelo MPT. Em 28 de setembro de 2018 foi realizada audiência de instrução para oitiva das testemunhas. Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª. Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com um primeiro recurso, cuja decisão definiu o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o trânsito em julgado. A Companhia interporá os demais recursos judiciais adequados para reforma da decisão em 2ª Instância.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri

Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). A Companhia foi cientificada de 4 ações em março de 2017 e a última ação em abril de 2017. Todas as ações foram unificadas para serem julgadas pelo mesmo juiz. Todos os processos se encontram em fase inicial para produção de provas. No primeiro trimestre de 2018, foi realizada inspeção judicial com a participação da Juíza, peritos judiciais e assistentes técnicos e foram emitidos dois laudos periciais (um favorável e outro desfavorável) ao pagamento do adicional de periculosidade, sobre os quais a Companhia se manifestou no prazo legal. Em 8 de março de 2019 foi realizada instrução processual e o julgamento marcado para 25 de abril de 2019. Em 10 de julho de 2019 tivemos o julgamento, em 1ª. Instância, favorável à empresa. Cabível interposição de recurso por parte do Sindicato.

Na avaliação dos advogados que patrocinam a Companhia, o risco de condenação na ação é possível. Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 30 de junho de 2019 de R\$ 114.632 (R\$ 109.611 em 31 de dezembro de 2018), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	53	2.084.964	1,00% a 3,25%
Cível	54	386.489	0,20% a 3,35%
Trabalhista	101	426.305	0,20% a 3,25%
Regulatório	11	280.785	0,20% a 3,25%

20. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	104.222	105.328
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	2.064	2.036
Ministério de Minas e Energia	1.032	1.018
Eficiência energética	206.725	183.814
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	78.662	111.315
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	13.453	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.144	1.144
Outros encargos	29	33
Total	407.331	404.688
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	15.174	38.689
Total	15.174	38.689

21. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Conforme detalhado na nota explicativa nº 19.1 (d), com o trânsito em julgado das homologações dos Acordos com a Eletrobras e com os Advogados, ocorridos em 25 de abril de 2019 e 10 de junho de 2019, respectivamente, as condições previstas para início dos pagamentos foram atendidas, motivo pelo qual a Companhia realizou os pagamentos no dia 10 de junho de 2019, da primeira parcela dos referidos Acordos, devidamente atualizados.

O pagamento da 1ª parcela do acordo foi no valor atualizado de R\$ 274.477 para a Eletrobras, e R\$ 55.086 aos advogados que assinaram o acordo original, com antecipação de R\$ 8.347 a serem descontados da segunda parcela, referentes aos novos advogados que na forma do acordo, comprovadamente atuaram no processo, aderiram ao acordo e deram quitação.

Diante de tais fatos, os montantes envolvidos no acordo foram reclassificados de “provisões judiciais e outros” para “Contas a pagar – Acordo Eletrobras”. A movimentação do acordo Eletrobras foi como segue:

	Nota	30.06.2019
Saldo inicial		-
Transferência - provisões judiciais e outros - saldo de 31.12.2018	19.1 (d)	1.600.581
Transferência - provisões judiciais e outros - atualização 2019	19.1 (d) / 29	38.644
Contas a pagar - acordo Eletrobras - atualização 2019	29	16.806
Pagamento realizado		(337.910)
Saldo final		1.318.121

Os valores a serem pagos à Eletrobras e aos advogados estão sendo atualizados desde de 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% a.a. até a data efetiva de pagamento de cada parcela e perfazem o montante atualizado em 30 de junho de 2019 de R\$ 1.318.121. Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas ao acordo, têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal atualizado
Junho de 2020	2ª - Eletrobras	300.000	331.272
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	331.742
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	331.742
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	276.452
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	46.913
			1.318.121

Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

22. Outras obrigações

	30.06.2019	31.12.2018
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	54.163	51.620
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	148.238	123.936
Outras devoluções a consumidores	55.980	58.078
Repasse a terceiros	15.984	13.788
Caução - retenção contratual de fornecedores	367	362
Receita diferida	2.580	2.580
Outras	18.637	5.555
Total	295.949	255.919
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Caução - retenção contratual de fornecedores	7.912	9.297
Receita diferida	8.815	10.105
Outras	417	400
Total	17.144	19.802

23. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui dois processos judiciais que discutem a tese. Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente ao período abrangido por esta ação, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 4.942.116 (vide nota explicativa nº 8) e passivo de R\$ 4.919.915, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em uma expectativa de 52 meses.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A outra ação judicial da Companhia, relativa ao período de janeiro de 2015 em diante, está aguardando julgamento de recurso da União Federal apresentado em face da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo o que a sistemática de cálculo com a inclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS não será alterada até o advento de trânsito em julgado favorável também neste processo judicial.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.06.2019
Ativo não circulante		
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	8	4.942.116
Passivo não circulante		
PIS/COFINS - consumidores a restituir		4.919.915
		01.01.2019 a 30.06.2019
Resultado		
Receita operacional bruta		
PIS/COFINS - consumidores a restituir	26	(2.516.007)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	26	2.516.007
Receita financeira		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		2.426.109
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(2.426.109)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos honorários de êxito devidos aos advogados que assessoraram a Companhia nesse tema. Adicionalmente, a Companhia informa que está levantando o total de despesa já incorrida durante o período abrangido pela ação, e que assim como os honorários de êxito, também será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

Em 30 de junho de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.823.486 (R\$ 2.823.486 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 200.515.051 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

24.2 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria originadas por 359 acionistas titulares que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas de 12 de setembro de 2017, se abstiveram de votar ou não aprovaram a migração da Companhia para o Novo Mercado, e optaram pelo exercício do direito de retirada. O exercício de direito de retirada originou 3.058.154 ações em tesouraria.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.3 Composição acionária:

	Nota	30.06.2019		31.12.2018	
		Ordinárias		Ordinárias	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:					
ENEL Brasil Investimentos Sudeste S.A		189.323.545	94,42	189.323.545	94,42
Outros		8.133.352	4,06	8.133.352	4,06
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas		197.456.897	98,48	197.456.897	98,48
Ações em tesouraria	24.2	3.058.154	1,52	3.058.154	1,52
Total das ações ordinárias		200.515.051	100,00	200.515.051	100,00

24.4 Reservas de capital

Informações detalhadas sobre as reservas de capital podem ser observadas na nota explicativa nº 21.4 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

24.5 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	30.06.2019	31.12.2018
Ajuste de avaliação patrimonial		1.299.745	1.356.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(441.914)	(461.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		857.831	895.079
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(2.537.025)	(2.537.025)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		(3.256)	(3.256)
Outros resultados abrangentes - derivativo	33.1.1	4.854	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	862.045	863.696
Outros resultados abrangentes, líquido		(1.673.382)	(1.676.585)
Total registrado no patrimônio líquido		(815.551)	(781.506)

25. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o período comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro/prejuízo líquido do período) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

25.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro e prejuízo básico/diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Numerador:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	131.313	200.364	(155.614)	(161.051)
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.457	197.457	164.286	164.286
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação (em Reais - R\$)	0,66502	1,01472	(0,94721)	(0,98031)

Como não ocorreram movimentações de ações nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, para cálculo do denominador, foi considerado o número de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria durante os períodos.

26. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) nos trimestres

	01.04.2019 a 30.06.2019			01.04.2018 a 30.06.2018		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.803.295	4.047.656	2.570.809	6.730.414	4.138.962	2.334.347
Industrial	25.978	735.500	423.835	26.260	804.830	407.547
Comercial	404.871	2.660.290	1.592.050	400.439	2.692.946	1.427.068
Rural	565	7.943	2.053	496	7.956	1.770
Poder público	15.825	308.391	163.649	15.934	314.581	147.206
Iluminação pública	1.094	200.251	68.078	1.635	207.045	66.023
Serviço público	1.379	112.006	55.386	1.357	123.318	52.446
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.975.718)	-	-	(1.750.326)
Subtotal - fornecimento	7.253.007	8.072.037	2.900.142	7.176.535	8.289.638	2.686.081
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(39.488)	-	-	(67.736)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.975.718	-	-	1.750.326
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.403	2.815.660	342.911	1.262	2.736.342	241.281
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(17.383)	-	-	(5.894)
Energia no curto prazo	-	430.208	(42.518)	-	357.370	84.737
Receita de construção	-	-	153.741	-	-	327.480
Aluguel de poste	-	-	35.217	-	-	33.592
Receitas com partes relacionadas	-	-	286	-	-	-
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	-	651
Outras receitas	-	-	5.451	-	-	4.760
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.254.410	11.317.905	5.314.077	7.177.797	11.383.350	5.055.278
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	83.237	-	-	92.278
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	167.458	-	-	699.174
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	38.142	-	-	48.796
Total outras receitas	-	-	288.837	-	-	840.248
Receita operacional bruta	7.254.410	11.317.905	5.602.914	7.177.797	11.383.350	5.895.526
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(31.359)	-	-	(32.338)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(700.974)	-	-	(656.290)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(22.325)	-	-	(20.699)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(27.049)	-	-	(154.602)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(3.433)	-	-	(3.150)
ICMS	-	-	(972.814)	-	-	(891.497)
COFINS - corrente	-	-	(404.382)	-	-	(398.671)
PIS - corrente	-	-	(87.704)	-	-	(86.548)
ISS	-	-	(48)	-	-	(46)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.250.088)	-	-	(2.243.841)
Receita operacional líquida	7.254.410	11.317.905	3.352.826	7.177.797	11.383.350	3.651.685

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) nos semestres

Nota	01.01.2019 a 30.06.2019			01.01.2018 a 30.06.2018		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.803.295	8.267.921	5.285.693	6.730.414	8.135.517	4.587.042
Industrial	25.978	1.468.842	851.437	26.260	1.555.108	797.323
Comercial	404.871	5.541.035	3.323.024	400.439	5.373.954	2.857.802
Rural	565	16.287	4.188	496	15.623	3.501
Poder público	15.825	619.166	327.989	15.934	608.529	284.975
Iluminação pública	1.094	397.299	137.747	1.635	402.273	125.454
Serviço público	1.379	231.217	114.404	1.357	242.199	103.612
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.099.014)	-	-	(3.479.414)
Subtotal - fornecimento	7.253.007	16.541.767	5.945.468	7.176.535	16.333.203	5.280.295
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(120.257)	-	-	(30.119)
PIS/COFINS consumidores a restituir	23	-	(2.516.007)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	2.516.007	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	4.099.014	-	-	3.479.414
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.403	5.518.701	672.612	1.262	5.392.224	477.847
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(35.066)	-	-	(21.367)
Energia no curto prazo	-	548.692	(107.216)	-	577.050	83.818
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	26.1	-	16.766	-	-	-
Receita de construção	-	-	352.346	-	-	596.034
Aluguel de poste	-	-	69.277	-	-	66.408
Receitas com partes relacionadas	31.1.1	-	574	-	-	-
Receitas com partes relacionadas	31.1.2	-	-	-	-	1.232
Outras receitas	-	-	10.864	-	-	10.390
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.254.410	22.609.160	10.904.382	7.177.797	22.302.477	9.943.952
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	172.618	-	-	181.215
Ativo e passivo financeiro setorial	12	-	259.642	-	-	894.583
Atualização do ativo financeiro da concessão	11.2	-	88.308	-	-	80.594
Total outras receitas	-	-	520.568	-	-	1.156.392
Receita operacional bruta	7.254.410	22.609.160	11.424.950	7.177.797	22.302.477	11.100.344
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(63.411)	-	-	(61.268)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.434.693)	-	-	(1.290.931)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(44.249)	-	-	(41.193)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(27.190)	-	-	(155.183)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(6.866)	-	-	(6.300)
ICMS	-	-	(2.012.019)	-	-	(1.756.229)
COFINS - corrente	-	-	(834.652)	-	-	(768.811)
PIS - corrente	-	-	(181.034)	-	-	(166.757)
ISS	-	-	(95)	-	-	(95)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(4.604.209)	-	-	(4.246.767)
Receita operacional líquida	7.254.410	22.609.160	6.820.741	7.177.797	22.302.477	6.853.577

26.1 O Mecanismos de Venda de Excedentes (MVE) propicia que as distribuidoras comercializem excedentes de energia e, em caso de vendas relacionadas a montantes do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, que parte do benefício auferido seja revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário. Os agentes de distribuição com sobras contratuais de energia elétrica podem atuar como vendedores no MVE, e como compradores os consumidores livres, consumidores especiais, agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução que estejam adimplentes na CCEE no momento da declaração de intenção de compra.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registrou os seguintes valores:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repassé à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Custo coberto pelas bandeiras tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)
2018	753.022	-	(26.582)	111.538	837.978
2019	27.190	-	(13.453)	33.484	47.221

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

	Custo total a ser coberto pela Bandeira Tarifária	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)	Saldo coberto (devolvido) no Processo Tarifário	Saldo da CCRBT
Acumulado até dezembro/2017	(3.125.039)	2.600.293	(70.711)	(595.457)
Exercício de 2018	(937.632)	837.978	568.711	469.057
Exercício de 2019	(268.935)	47.221	318.521	96.807
Total	(4.331.606)	3.485.492	816.521	(29.593)

A Companhia retém o déficit da CCRBT no montante de R\$ 29.593, referente às competências de abril de 2019 a junho de 2019.

27. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh		R\$			
					Reapresentado	Reapresentado
	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Energia elétrica comprada para revenda:						
Itaipu	4.239.722	4.326.803	(533.357)	(1.041.189)	(566.573)	(1.006.302)
ANGRA 1 e 2	798.216	809.137	(101.886)	(202.918)	(101.141)	(200.503)
Compra - CCEE	355.818	17.986	(173)	(272.957)	(15.299)	(66.971)
Compra - CCEAR	9.115.922	9.171.776	(863.237)	(1.891.349)	(942.998)	(1.862.434)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	164.324	12.704	(14.773)	(30.966)	(2.213)	(2.213)
Quotas de garantia física	4.785.482	4.877.286	(236.040)	(462.789)	(186.211)	(381.952)
Risco hidrológico	-	-	(105.132)	(170.877)	(477.342)	(536.062)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	(12.824)	30.258	23.551	48.065
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	164.823	357.703	209.777	369.792
Subtotal	19.459.484	19.215.691	(1.702.599)	(3.685.084)	(2.058.449)	(3.638.580)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	377.012	386.326	(74.694)	(149.790)	(63.862)	(127.928)
Total	19.836.496	19.602.017	(1.777.293)	(3.834.874)	(2.122.311)	(3.766.508)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

Nota	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Uso da rede básica	(342.389)	(681.221)	(374.879)	(743.676)
Uso da rede básica - partes relacionadas	(4.849)	(9.709)	(1.663)	(1.663)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(76.978)	(126.252)	(84.692)	(170.204)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	(6.269)	65.513	26.250	36.348
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER	-	-	2.688	2.688
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(54.256)	(105.856)	(51.431)	(100.290)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(9.574)	(19.682)	(7.147)	(18.616)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(2.417)	(4.809)	(2.795)	(5.499)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(23.779)	(47.559)	(19.827)	(39.849)
(-) Créditos de PIS/COFINS	55.056	99.841	53.407	109.038
Total	(465.455)	(829.734)	(460.089)	(931.723)

27.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas e despesas operacionais

Nota	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	Reapresentado	Reapresentado
			01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	4.241	6.346	5.969	6.390
Arrendamentos e aluguéis	(3.187)	(7.510)	(8.628)	(16.780)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	(145)	(145)	-	-
Seguros	(870)	(1.946)	(1.088)	(2.470)
Tributos	(13.245)	(25.428)	(13.322)	(25.411)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	(190)	(190)	-	-
Doações, contribuições e patrocínios	(966)	(1.841)	(818)	(1.990)
Tarifa bancária	(16.063)	(31.613)	(13.484)	(26.781)
Publicidade	(21)	(177)	(119)	(708)
Responsabilidade social	(47)	(47)	(2)	(112)
Perdas na desativação de bens e direitos	(9.783)	(13.649)	(9.656)	(25.261)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(6.682)	(13.272)	(8.223)	(13.211)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(2.699)	(6.468)	(701)	(2.844)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(2.506)	(5.705)	(2.468)	(5.608)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso	29.878	60.144	24.321	50.421
Penalidades - devoluções a consumidores	(3.333)	(4.211)	(918)	(1.388)
Multa de mora - pagamento de fornecedores	(115)	(1.687)	(16.986)	(16.986)
Outros	(3.838)	(4.535)	(94)	(2.500)
Total	(29.571)	(51.934)	(46.217)	(85.239)

29. Resultado financeiro

			Reapresentado	Reapresentado	
Nota	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018	
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		15.049	25.911	6.525	12.784
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	29.1	26.156	42.400	20.616	42.443
Subvenções governamentais		1.048	2.135	1.251	2.536
Atualização de créditos tributários	8.1	353	21.435	103	207
Atualização monetária dos depósitos judiciais		6.194	12.794	6.433	10.064
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	12	47.731	61.558	-	-
Outras receitas financeiras - partes relacionadas	31.1.2	-	-	41	115
Outras receitas financeiras		5.894	11.198	6.849	14.828
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(2.543)	(5.388)	(47.063)	(47.063)
Subtotal		99.882	172.043	(5.245)	35.914
Despesas financeiras					
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional		(79.740)	(148.491)	(101.557)	(191.008)
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	31.1.1	(9.557)	(16.318)	-	-
Juros sobre obrigações de arrendamento financeiro	16.3	(6.250)	(12.982)	(4.283)	(8.060)
Subvenções governamentais		(1.048)	(2.135)	(1.251)	(2.536)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(2.641)	(6.082)	(1.910)	(3.825)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	11.1	1.884	3.817	2.617	4.648
Cartas de fiança e seguros garantia		(13.261)	(25.410)	(13.432)	(26.340)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(24.717)	(47.446)	(22.701)	(41.351)
Atualização monetária - energia livre		(952)	(2.644)	(2.009)	(3.681)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial líquido		-	-	965	(4.105)
Atualização acordo Eletrobras		(27.300)	(55.450)	(27.590)	(44.865)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	17.1/17.2	(81.037)	(162.074)	(87.486)	(174.972)
Outras despesas financeiras		(4.949)	(10.283)	(7.145)	(14.076)
Subtotal		(249.568)	(485.498)	(265.782)	(510.171)
Variações cambiais, líquidas					
Variações cambiais		(215)	(177)	854	906
Subtotal		(215)	(177)	854	906
Total do resultado financeiro		(149.901)	(313.632)	(270.173)	(473.351)

29.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre:			Reapresentado	
	01.04.2019 a 30.06.2019		01.04.2018 a 30.06.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	(54.918)	(19.772)	54.233	19.523
Total	(54.918)	(19.772)	54.233	19.523
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	206.003	206.003	(229.370)	(229.370)
Adições:				
Doações	215	215	266	266
Gratificação a administradores	418	418	2.805	2.805
Perdas indedutíveis no contas a receber	11.984	11.984	8.591	8.591
Perdas na baixa de bens e direitos	227	227	235	235
Multas indedutíveis	517	517	312	312
Salário maternidade e paternidade	87	87	180	180
Outros	220	220	53	53
Total das adições	13.668	13.668	12.442	12.442
Base de cálculo	219.671	219.671	(216.928)	(216.928)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(54.918)	(19.772)	54.233	19.523
Total da despesa com tributos	(54.918)	(19.772)	54.233	19.523
Alíquota efetiva	26,7%	9,6%	23,6%	8,5%

No semestre:			Reapresentado	
	01.01.2019 a 30.06.2019		01.01.2018 a 30.06.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	22.287	-	-	-
Diferidos	(75.770)	(27.279)	52.935	19.056
Total	(53.483)	(27.279)	52.935	19.056
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	281.126	281.126	(233.042)	(233.042)
Adições:				
Doações	238	238	654	654
Gratificação a administradores	693	693	3.917	3.917
Perdas indedutíveis no contas a receber	18.748	18.748	14.159	14.159
Perdas na baixa de bens e direitos	1.149	1.149	461	461
Multas indedutíveis	681	681	1.474	1.474
Salário maternidade e paternidade	227	227	397	397
Outros	220	220	243	243
Total das adições	21.956	21.956	21.305	21.305
Base de cálculo	303.082	303.082	(211.737)	(211.737)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(75.770)	(27.279)	52.935	19.056
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	22.287	-	-	-
Total da despesa com tributos	(53.483)	(27.279)	52.935	19.056
Alíquota efetiva	19,0%	9,7%	22,7%	8,2%

31. Partes relacionadas

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por analisar e opinar sobre a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com partes relacionadas, cujo intuito é o de zelar que as

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado e em consonância com as demais práticas de governança corporativa da Companhia.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

A Enel Sudeste passou a deter o controle da Companhia desde 7 de junho de 2018, quando então as transações envolvendo empresas controladas direta e indiretamente pela Enel S.p.A. (sediada na Itália), passaram a ser tratadas como transações entre partes relacionadas. As referidas transações estão apresentadas na nota explicativa nº 31.1.1.

A AES Holdings Brasil Ltda. foi a controladora da Companhia até 27 de novembro de 2017, momento que ocorreu a migração da Companhia para o Novo Mercado (nota explicativa nº 1.1 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Contudo, mesmo após a migração, a AES Holding Brasil exerceu influência significativa sobre a Companhia, e devido a isso, as transações comerciais realizadas com empresas controladas direta ou indiretamente por ela, permaneceram sendo consideradas transações entre partes relacionadas até a alienação de 100% das suas ações em 7 de junho de 2018, após leilão realizado no dia 4 de junho de 2018. Dessa forma, as transações referentes às partes relacionadas com AES Holdings até 6 de junho de 2018 estão apresentadas na nota explicativa nº 31.1.2.

31.1.1 Partes relacionadas – a partir de 7 de junho de 2018:Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				30.06.2019	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019	
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Controle comum	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2019	95	94	574
Ressarcimento Ônus de acordos bilaterais	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum	R\$ 4.194	Maio de 2017 a janeiro de 2019	-	618	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	1.476	-	1.476
	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Controle comum			673	-	673
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum			61	-	61
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum			593	-	593
	Enel Brasil	Controle comum			198	-	198
	Enel Fortaleza	Controle comum			27	-	27
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum			567	-	567
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum			27	-	27
	CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum			63	-	63
	Total outros créditos - nota explicativa nº 10:				3.780	712	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 26:				-	-	574	
Pessoal e administradores:				-	-	1.135	
Material:				-	-	45	
Serviços de terceiros:				-	-	1.111	
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 28:				-	-	1.394	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada		Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
					30.06.2019	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019	07.06.2018 a 30.06.2018
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Controle comum	R\$ 9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	290	290	(1.642)	(269)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	78	78	(463)	(75)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	R\$ 64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	1.935	1.935	(12.043)	(1.869)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 968	Até o final da concessão	127	-	(472)	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 13.120	Até o final da concessão	1.001	-	(6.406)	-
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	(2.287)	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	(4.579)	-
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 648	Até o final da concessão	85	-	(316)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.028	Até o final da concessão	293	-	(1.028)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 1.872	Até o final da concessão	272	-	(952)	-
	ENEL Green Power Salto Apicás S.A.	Controle comum	R\$ 1.592	Até o final da concessão	208	-	(778)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 9.709	Até o final da concessão	1.605	1.587	(9.709)	(1.663)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	R\$ 453.738	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	437.191	420.873	(16.318)	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			1.300	-	(1.300)	-
	ENEL CIEN S.A	Controle comum			88	-	(88)	-
	CELG Distribuição S.A	Controle comum			448	-	(448)	-
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	3.467	-	(3.467)	-
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			119	-	(119)	-
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum			22	-	(22)	-
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum			306	-	(306)	-
Fornecedores - nota explicativa nº 13:					11.644	3.890	-	-
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 27:					-	-	(40.675)	(3.876)
Empréstimos e financiamentos - nota 15.1:					437.191	420.873	(16.318)	-
Pessoal e administradores:					-	-	(2.864)	-
Material:					-	-	(119)	-
Serviços de terceiros:					-	-	(1.038)	-
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 28:					-	-	(1.729)	-

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2019. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 30 de junho de 2019, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o semestre findo em 30 de junho de 2019.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.1.2 Partes relacionadas – Até 6 de junho de 2018:

Receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Receita
		01.01.2018 a 06.06.2018
	AES Holding Brasil Ltda.	2
	AES Tietê Energia S.A.	793
	Brasiliara Participações S.A. (AES)	2
Aluguel	AES Serviços TC Ltda.	64
Sublocação (parte imóvel comercial)	AES Elpa S.A.	2
	AES Brasil Ltda.	6
	Southern Electric Brasil Particip. Ltda (AES)	2
Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em fatura de energia)	AES Serviços TC Ltda.	361
Ressarcimento	AES Tietê Energia S.A.	
Ônus de acordos bilaterais		115
	Total receita operacional - nota explicativa nº 26:	1.232
	Total receita financeira - nota explicativa nº 29:	115

Despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Despesa
		01.01.2018 a 06.06.2018
		(402)
		(10.479)
		(1.824)
Prestação de serviços	AES Serviços TC Ltda.	(1.169)
		(3.437)
		(3.483)
		(209)
	Serviços de terceiros	(21.003)

31.1.3 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		30.06.2019	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019	01.01.2018 a 30.06.2018
Plano de previdência	FUNCESP				
	Integrante do Conselho Deliberativo	3.735.707	3.799.825	(168.565)	(183.990)
	Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 17.1:	3.735.707	3.799.825	(168.565)	(183.990)

31.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, a provisão para remuneração (regime de competência), foi como segue:

Descrição:

Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)
Total

01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018	01.01.2018 a 30.06.2018
2.683	5.205	6.659	10.292
248	299	101	199
10	21	135	288
2.941	5.525	6.895	10.779

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Seguros

Em 30 de junho de 2019, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Nota	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-jul-2019	31-out-2019	R\$ 4.195.099
Vida em grupo	1-jan-2019	1-jan-2020	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	1-abr-2019	31-out-2019	R\$ 74.102
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2018	10-nov-2019	R\$ 56.239
Riscos ambientais	1-abr-2019	31-out-2019	R\$ 41.950
Frota de veículos - RCF	1-jun-2019	31-mai-2020	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

32.1 A Enel Sudeste detém o controle da Companhia desde 7 de junho de 2018, dessa forma a Companhia foi incluída na apólice global da Enel Brasil S.A no seguro de responsabilidade civil de administradores.

33. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

33.1 Instrumentos financeiros

33.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		30.06.2019		31.12.2018		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	706.762	706.762	936.678	936.678	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	708	708	861	861	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	3.214	3.214	3.895	3.895	Valor Justo por meio de Resultado
Operação com derivativo	3.1.2	4.773	4.773			Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Consumidores, revendedores e outros	5	2.296.986	2.296.986	2.348.632	2.348.632	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	215.758	215.758	203.313	203.313	Custo amortizado
Outros créditos - alienação de bens e direitos	10	12.852	12.852	16.987	16.987	Custo amortizado
Outros créditos - aluguel de poste	10	19.513	19.513	17.534	17.534	Custo amortizado
Outros créditos - cobrança contratual - empreiteiras	10	8.910	8.910	11.874	11.874	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	19	792.782	792.782	539.358	539.358	Custo amortizado
Ativo contratual	11.1	488.349	488.349	634.918	634.918	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	11.2	4.144.323	4.144.323	3.795.279	3.795.279	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial	12	2.518.910	2.518.910	2.645.791	2.645.791	Custo amortizado
Total		11.213.840	11.213.840	11.155.120	11.155.120	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13	1.669.796	1.669.796	1.625.422	1.625.422	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.611.451	4.612.686	4.066.332	4.076.886	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	16	201.178	201.178	78.856	78.856	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		358	358	358	358	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	12	1.640.279	1.640.279	2.031.349	2.031.349	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		8.123.062	8.124.297	7.802.317	7.812.873	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimento. CDBs e operações compromissadas sob as rubricas de (i) caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal, (ii) investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais e operações compromissadas.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia monitora o risco relacionado a possibilidade de perdas em decorrência de flutuação de Debêntures indexadas ao índice IPCA. Dessa forma, a 24ª Emissão de Debêntures (2ª série) vinculada ao IPCA está protegida por contrato de *Swap*.

O contrato em aberto em 30 de junho de 2019 é o seguinte:

Operação de Hedge de fluxo de caixa sobre debêntures

Contrato de *Swap* IPCA (Indexador Ativo) x CDI (Indexador Passivo): O Valor Nominal agregado é de R\$ 800.000 com vencimento em 15 de maio de 2026 e pagamentos de juros semestrais em linha com o fluxo da dívida a que está atrelado.

O indexador passivo CDI foi utilizado para proteger os fluxos de caixa da dívida das flutuações dos índices de inflação e trazer a um índice menos volátil no mercado. As características do referido instrumento financeiro, permite a Companhia aplicar as regras de contabilidade de hedge de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, o instrumento de hedge (*swap*) é mensurado pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros, bem como dos impactos da variação da inflação sobre a 24ª emissão de debêntures (2ª série).

Os valores da curva e de mercado do contrato de derivativo (*swap*) em 30 de junho de 2019 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Data do Contrato	Vencimento	Valor da Curva	Valor Justo (Contábil)	Diferença
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	(81)	4.773	4.854

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de Juros Contratual	Posição em 30/06/2019	
		Circulante	Não Circulante
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	-	800.000
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	-	800.440
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	-	(805.213)
		-	795.227

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.06.2019				31.12.2018			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	708	-	708	-	861	-	861	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	3.214	-	3.214	-	3.895	-	3.895	-
Ativo financeiro da concessão	4.144.323	-	4.144.323	-	3.795.279	-	3.795.279	-
Operação com derivativo	4.773	-	4.773	-	-	-	-	-
Total	4.153.018	-	4.153.018	-	3.800.035	-	3.800.035	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

33.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos a seguir poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

A área de Gestão de Riscos é liderada pelo Vice-Presidente de Finanças e Relações com os Investidores, responsável por acompanhar o modelo de gestão de riscos e assegurar que seja executado conforme metodologia predefinida, assegurar diretrizes e metas, e garantir que os recursos necessários sejam alocados para o bom funcionamento da área.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos, analisar o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange a gestão de riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir responsáveis pelos riscos e gestores das causas dos riscos nas áreas de negócio.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre as questões estratégicas de gestão de riscos, incluindo aprovar e avaliar a Política de Gestão de Riscos e o modelo de gestão de riscos adotados. Trimestralmente, os riscos prioritários são levados a reuniões de conselho de administração e bimestralmente ao comitê de auditoria.

A Diretoria Executiva deve assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

O Comitê Executivo de Riscos é composto pela Diretoria Executiva da Companhia, tendo como principal objetivo a supervisão e o monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos. As reuniões do Comitê Executivo de Riscos ocorrem bimestralmente, e nelas são avaliados e validados os modelos de gestão de risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia, bem como a aprovação de metas e ações e a priorização de recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia avaliar e supervisionar a efetividade e suficiência do processo de gerenciamento de riscos empresariais relevantes e a conformidade da gestão para com as normas estabelecidas pela Companhia para assunção de riscos corporativos, bem como avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de Controles Internos atua também na gestão da política de alçadas, na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação e, posteriormente, informa ao Comitê de Auditoria o resultado dos mesmos.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia entender e avaliar o ambiente de controles internos, supervisionar a área de Controles Internos e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos sobre as demonstrações financeiras, apresentando as recomendações e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua na avaliação dos processos e controles relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação. A Diretoria de Auditoria Interna avalia a eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, dos controles associados às demonstrações contábeis, bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuem impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos Diretores, Vice-Presidentes, Comitê de Auditoria, membros do Conselho de Administração.

Ao Comitê de Auditoria da Companhia compete supervisionar as atividades da Auditoria Interna, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como o planejamento, a qualidade e integridade dos processos de Auditoria Interna (qualidade dos trabalhos, estrutura existente, plano de trabalho e resultados dos trabalhos realizados).

A eficácia dos controles-chaves implementados pela Companhia para garantir a conformidade das Demonstrações Contábeis é testada de acordo com o plano de auditoria definido. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

A Auditoria Interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a Auditoria Interna também é responsável pela gestão do Programa de Compliance da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da empresa, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

Os assuntos referentes ao Programa de Compliance são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que deve assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos da Companhia, a integridade e ética das suas práticas em conformidade com normas e regimentos, o funcionamento do Código de Ética, do Plano de Tolerância Zero com a Corrupção e Programa de Compliance Global do Grupo Enel.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem como principal objetivo assessorar e aconselhar o Conselho de Administração na supervisão financeira da Companhia, bem como assegurar adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos da Companhia, supervisionar as atividades da auditoria interna, da área de controles internos e dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos. Adicionalmente, monitora a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade de seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias. O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar e controlar a qualidade das informações contábeis.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2019 é:

	Nota	30.06.2019
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	706.762
Investimentos de curto prazo	b.1.1	3.922
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.296.986
Contas a receber - acordos	b.1.2	215.758
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.518.910
Ativo contratual	b.1.3	488.349
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	4.144.323
Operação com derivativo	b.1.4	4.773
Outros créditos - alienação de bens e direitos	b.1.5	12.852
Outros créditos - aluguel de poste	b.1.5	19.513
Outros créditos - cobrança contratual - empreiteiras	b.1.5	8.910
Total da exposição		10.421.058

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa da Companhia: Aplicações de no máximo 20% do total da carteira da Companhia em instituições financeiras com PL inferior a R\$ 6.000.000 até 25% em instituições financeiras com PL superior a R\$ 6.000.000; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. Desde 2017, a Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito da operação com derivativo que mantém com o banco Bradesco, que é considerado como de primeira linha pela mesma.

(b.1.5) Outros Créditos

A Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio de constituição de garantias contratuais como carta fiança e retomada do bem, para recebíveis relacionados à alienação de bens e direitos. Para os demais, são incluídas cláusulas contratuais como encerramento do direito de uso dos postes no caso de recebíveis relacionados a aluguel de postes e redução dos valores devidos das faturas com empreiteiras no caso de existência de valores a serem indenizados por falta de inventário. O risco de crédito relacionado a outros recebíveis é considerado como baixo pela Administração.

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reapresentado
	30.06.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	1.011.188	493.369
Debêntures	3.600.263	3.572.963
Arrendamento financeiro	201.178	78.856
Operação com instrumento derivativo	(4.773)	-
Caixa e equivalentes de caixa	(706.762)	(936.678)
Investimentos de curto prazo	(3.922)	(4.756)
Dívida líquida	4.097.172	3.203.754
Patrimônio líquido	3.084.547	2.880.980
Dívida líquida / Patrimônio líquido	132,83%	111,20%

Do endividamento financeiro total em 30 de junho de 2019, 22,3% era de curto prazo (17,1% em 31 de dezembro de 2018) e o prazo médio era de 3,56 anos (3,59 anos em 31 de dezembro de 2018).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.669.796	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.110	983.739	17.394	46.096	-
Debêntures	75.071	73.775	147.550	2.953.157	1.668.727
Arrendamento financeiro	20.477	48.424	41.680	55.887	34.710
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	358	-	-	-	-
Total	1.771.812	1.105.938	206.624	3.055.140	1.703.437

De acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2019.

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 30 de junho de 2019 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 30 de junho de 2019 é:

	30.06.2019
Equivalentes de caixa	553.604
Investimentos de curto prazo	3.922
Empréstimos e financiamentos	(570.226)
Debêntures	(3.642.535)
Operação com derivativo	4.773
Total da exposição líquida	(3.650.462)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2019, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de junho de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread (nota explicativa nº 15.2).

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.06.2019	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,88%	4,31%	5,75%	7,19%	8,63%
Equivalentes de caixa	CDI	553.604	15.944	23.860	31.832	39.804	47.776
Investimentos de curto prazo	CDI	3.922	113	169	226	282	338
Subtotal		557.526	16.057	24.029	32.058	40.086	48.114
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.06.2019	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,88%	4,31%	5,75%	7,19%	8,63%
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(718.073)	(22.387)	(33.502)	(44.696)	(55.889)	(67.082)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.424.462)	(45.537)	(68.148)	(90.916)	(113.685)	(136.453)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80% a.a.	(700.000)	(25.921)	(36.011)	(46.172)	(56.333)	(66.493)
Nota Promissória - 5ª emissão	104% do CDI	(509.824)	(15.270)	(22.852)	(30.487)	(38.123)	(45.758)
TJLP			3,13%	4,70%	6,26%	7,83%	9,39%
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(60.402)	(5.005)	(6.001)	(6.990)	(7.986)	(8.975)
IPCA			1,93%	2,90%	3,86%	4,83%	5,79%
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(800.000)	(48.167)	(56.197)	(64.227)	(72.256)	(80.286)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	805.213	48.481	56.563	64.645	72.727	80.809
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(800.440)	(28.982)	(40.511)	(52.120)	(63.729)	(75.339)
Subtotal		(4.207.988)	(142.788)	(206.659)	(270.963)	(335.274)	(399.577)
Total da exposição líquida		(3.650.462)	(126.731)	(182.630)	(238.905)	(295.188)	(351.463)

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	30.06.2019		31.12.2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	109.065	417.957	121.987	472.676
Passivo líquido exposto	109.065	417.957	121.987	472.676

(b.4.3) Risco de preço

Vide nota explicativa nº 1.2.

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de junho de 2019, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 15.8) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço ter apresentado melhorias nos últimos anos, participaria do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figurava entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Em janeiro, maio e setembro de 2018, janeiro e maio de 2019, a Companhia apresentou à ANEEL os relatórios quadrimestrais de acompanhamento do plano de recuperação dos indicadores, onde foi evidenciada a evolução das ações realizadas, os recursos investidos para a melhoria contínua da prestação do serviço e os resultados alcançados em todas as dimensões do plano: qualidade do fornecimento, serviços comerciais, segurança do trabalho e da população e sustentabilidade econômico-financeira.

Acerca dos resultados alcançados, destaca-se a significativa melhora dos indicadores de continuidade do fornecimento, que acompanharam a trajetória de redução planejada para o presente período do Plano, mantendo a tendência de redução contínua, com exceção do primeiro trimestre de 2019 no qual a Companhia sofreu com os efeitos climáticos do verão. Nos indicadores comerciais, destaca-se a redução dos prazos de conclusão de obras. Entretanto, ao passo que os eventos severos do verão de 2019 reduziram, verificou-se uma melhora significativa nos indicadores, em específico nos meses de março e abril de 2019, com tendência de melhora e atingimento dos limites acordados. Este acompanhamento será monitorado e apresentado no próximo relatório de acompanhamento, a ser entregue à ANEEL em setembro de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de dezembro de 2018, através do Memorando nº 484/2018–SFE/ANEEL, a SFE apresentou o seu entendimento à Diretoria da ANEEL de que, considerando a evolução dos resultados apresentados pela Companhia, se faz desnecessária a manutenção do acompanhamento da execução do Plano da Empresa pela Diretoria da ANEEL. Diante do cenário de evolução, a Superintendência recomendou que a SFE e a ARSESP mantenham o acompanhamento em andamento até que o Plano de Resultados seja efetivamente concluído, visto que ainda há necessidade de melhorias em casos específicos.

Em 13 de março de 2019, a Companhia realizou uma nova reunião presencial com a Diretoria da ANEEL, apresentando um elenco de ações adicionais de modo a viabilizar o atingimento das metas do plano de recuperação dos indicadores. Este encontro ocorreu logo após os eventos climáticos sofridos no primeiro trimestre de 2019. Tais ações estão sendo implementadas pela distribuidora com o intuito de mitigar eventuais riscos do não cumprimento dos indicadores.

Conforme exposto no 5º Relatório do plano de Resultados, entregue em maio de 2019, os recentes investimentos em infraestrutura e automação de rede minimizaram os impactos dos eventos do primeiro quadrimestre de 2019. Em março de 2019 a trajetória de redução dos indicadores foi retomada sinalizando o comprometimento da distribuidora pelo atingimento das metas regulatórias para o Plano de Resultados. Ao final do segundo ciclo do plano, previsto para agosto de 2019, caso a Companhia não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2019 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 113.762 em 30 de junho de 2019) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCS Ds. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o nível de sobrecontratação da companhia está dentro do limite regulatório. Para o ano de 2019, a Companhia projeta permanecer dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

Na revisão tarifária de 2019, de forma similar ao ocorrido quando do reajuste tarifário de 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento ambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição e mitigação de impactos ambientais, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política do Sistema de Gestão Integrado consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações complementares**34.1 Às demonstrações do fluxo de caixa**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.06.2019	30.06.2018
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	15.728	6.281

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30.06.2019	30.06.2018
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	148.227	153.302
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	3.817	4.648
Pagamento de juros	152.044	157.950

35. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no semestre findo em 30 de junho de 2019.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, segregados em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 - EBITDA

A Companhia informa as estimativas para o seu LAJIDA – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”). Conforme indicado no item 3.2., o EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescidos dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das depreciações e amortizações.

b.) Período projetado e prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de 2019 a 2022, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - EBITDA

A Companhia divulga projeções para o EBITDA para os anos de 2019 a 2021, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



2 - EBITDA

A projeção de EBITDA considera:

- Redução de penalidades e devoluções associadas a melhora dos indicadores de qualidade: Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora ("DEC"); Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora ("FEC"); e Perdas;
- Gestão da receita e inadimplência;
- Incremento de unidades consumidoras no período, de aproximadamente 7,2 milhões em 2018, para cerca de 7,6 milhões em 2021;
- Ganhos de eficiência devido à maior produtividade por unidade consumidora de aproximadamente 30%, refletido no indicador OPEX por unidade consumidora de aproximadamente R\$ 288 em 2018 para cerca de R\$ 206 em 2021;
- Base de Ativos Regulatória estimada em R\$ 1.157 por unidade consumidora em 2021;
- Energia distribuída estimada de cerca de 43TWh em 2018 para cerca de 47 TWh em 2021.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e os demais aspectos regulatórios que fogem ao seu controle.

Todas as projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da Administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico, incluindo reajustes e revisões tarifárias, e legislação ambiental vigentes e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para o período de cinco anos (2019-2022), incluído o exercício social corrente encontram-se na tabela a seguir:

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Investimentos estimados*	2019	2020	2021	2022	Ciclo 2019-2022
Financiados pela Companhia	777,8	1.032,1	1.085,4	1.217,5	4.112,8
Financiados pelo cliente	109,8	63,2	53,2	56,5	282,7
Total	887,7	1.095,3	1.138,7	1.274,0	4.395,7

2 - EBITDA

A Companhia projetou um EBITDA de R\$ 1.760 milhões para 2019, R\$ 2.269 milhões para 2020 e de R\$ 3.075 milhões para 2021.

e.) Projeções descontinuadas**1 - Programa de Produtividade**

Em função da divulgação do EBITDA, a Companhia optou por descontinuar a projeção de seu “Programa de Produtividade”, que se referia ao seu plano de redução das despesas operacionais. Tais ganhos de eficiência passam então a ser uma das premissas para a estimativa do EBITDA da Companhia.

Nota

i. As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota 3, em decorrência de mudanças de práticas contábeis na classificação de certas aplicações financeiras de curto prazo, serviços em curso, ativo e passivo setorial, variação cambial sobre energia comprada de Itaipu e juros sobre plano de benefício definido, as informações contábeis intermediárias correspondentes das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de julho de 2019

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park , Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. , bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2019.

Barueri, 26 de julho de 2019.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Monica Hodor

Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Sidney Simonaggio

Diretor de Regulação e Mercado

Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Pessoas e Organização

Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora Jurídica

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Segurança Patrimonial e de Serviços

Janaína Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

Marcos Augusto Mesquita Coelho

Diretor de Relações Institucionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park , Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. , bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2019.

Barueri, 26 de julho de 2019.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Monica Hodor

Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Sidney Simonaggio

Diretor de Regulação e Mercado

Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Pessoas e Organização

Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora Jurídica

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Segurança Patrimonial e de Serviços

Janaína Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

Marcos Augusto Mesquita Coelho

Diretor de Relações Institucionais